

ok



1290000945



IE

TCC/UNICAMP N145e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA



RELATORIO FINAL DE MONOGRAFIA:
UM ESTUDO SOBRE O MERCADO
SEGURADOR BRASILEIRO

Nome: Eduardo Nakamura

RA 890376

Orientador: Natércio Guimarães Teixeira

Banca: Octávio de Barros

TCC/UNICAMP
N145e
IE/945

CEDOC/IE

INDICE

- Introdução.....	01
- Capitulo I	
I.1 Aspectos Gerais das Operações de Seguro.....	02
I.1.1 Referência Histórica do Seguro.....	03
I.1.2 A Evolução do Seguro no Brasil.....	04
I.2 O Caráter Institucional das Seguradoras.....	07
- Capitulo II	
II.1 Caracterização do Mercado.....	10
II.2 O Plano Diretor do Sistema de Seguros.....	14
- Capitulo III	
Análise do Mercado.....	21
- Capitulo IV	
A Influência das Aplicações no Mercado Segurador no Mercado de Capitais.....	39
- Conclusão.....	40
- Bibliografia.....	42
- Anexo - Termos do Segurês.....	46

INTRODUÇÃO

A presente monografia buscou analisar a evolução do mercado segurador brasileiro a partir de 1988, quando entrou em vigência a Circular no. 22 da Susep, que passou a permitir a diferenciação de preços das apólices. Faz também um acompanhamento das mudanças ocorridas a partir de julho de 1992, com o anúncio, pelo então ministro Marcílio Marques Moreira, do Plano Diretor do Governo para o mercado segurador, que tinha como principal objetivo a desregulamentação do mercado no sentido de torná-lo mais amplo, dinâmico e mais participativo na economia brasileira. Buscou-se neste trabalho verificar até que ponto as medidas do governo para o mercado segurador foram implementadas e qual o seu alcance sobre o mercado.

Outro ponto em que se dedicou atenção foi no caráter institucional das seguradoras, que têm que aplicar, compulsoriamente, suas reservas técnicas no mercado de capitais, o que contribui na formação de poupança interna.

Para a realização do que foi proposto acima, este trabalho se divide em quatro capítulos mais a conclusão.

O Capítulo I trata dos aspectos gerais das operações de seguro, sua história no Brasil e no mundo e do caráter institucional das seguradoras.

O Capítulo II expõe as medidas do governo para o setor e suas consequências.

No Capítulo III é feita uma análise da situação do mercado segurador brasileiro, de 1988 a 1992.

No Capítulo IV tenta-se verificar a importância das aplicações do mercado segurador no mercado de capitais.

CAPÍTULO I

I.1 ASPECTOS GERAIS DAS OPERAÇÕES DE SEGURO

As operações de seguros têm por finalidade geral proteger coisas, bens, responsabilidades, créditos, obrigações, direitos, garantias e pessoas, mediante o recebimento de prêmios (prestações) dos segurados com a obrigação contratual de indenizá-las nos casos de evento aleatório e fatalístico, isto é, os fatos prováveis ou possíveis de acontecer a pessoas ou a bens, independentemente de sua vontade e os que infalivelmente ocorrem mais cedo ou mais tarde como no caso da morte. Definido de outro modo, seguro é a obrigação assumida por uma empresa, mediante o recebimento antecipado de um valor, para ressarcir a outrem o prejuízo oriundo de evento incerto.

As partes envolvidas no contrato de seguro são duas: segurado e segurador. O segurado é uma das partes contratantes que, ao obrigar-se pelo pagamento de um prêmio, visa proteger-se do prejuízo de um sinistro mediante indenização, a qual será paga pelo segurador. O segurador é o agente que opera mediante recebimento de taxa ou prestação de prêmio e assume a obrigação de pagar indenização se ocorrer sinistro.

Os seguros são realizados a título de cobertura contra risco. É ele portanto, o elemento essencial da operação. Não há seguro sem risco.

O risco pode ser definido como um acontecimento incerto, de data incerta, porém possível de acontecer, e que não depende da vontade de qualquer das partes. Quando a parcela de risco ultrapassa a capacidade de aceitação do segurador, esta é transferida para o ressegurador.

O instrumento contratual do seguro é chamado apólice, que é o

meio normal de provar a operação de seguro, regulando os direitos e obrigações provenientes do contrato, quer quanto aos contratantes, quer quanto a terceiros que nele possam figurar.

É interessante agora, de modo resumido, estudar um pouco da história do seguro e sua evolução no Brasil.

I.1.1 - REFERENCIA HISTÓRICA DO SEGURO

Embora os registros históricos acerca do seguro tenham surgido a partir do século VI a.C., 200 anos antes da fundação de Roma, os Rhodios (habitantes da ilha de Rhodes) já possuíam as primeiras idéias sobre seguro, indicadas pelos preceitos contra riscos marítimos contidos nas Leis de Rhodes. Nelas, determinava-se que "sendo indispensável atar mercadorias ao mar, esse sacrifício, feito a bem de todos, deve ser reparado mediante contribuição de todos".

Os atenienses, mantendo intenso comércio marítimo com a Ásia e o restante da Europa, precisavam se resguardar dos riscos, devido à precariedade dos meios de transporte da época (350 a.C.) Para isso, foi criado uma espécie de empréstimo: o empréstimo náutico ou risco marítimo, pelo qual era concedido ao armador um empréstimo que ele não teria de resgatar se o navio não chegasse ao seu destino e, se a viagem transcorresse normalmente, o dinheiro seria devolvido, acrescidos dos "juros náuticos", mais elevados do que os cobrados em outros tipos de empréstimo.

Os primeiros contratos de seguro e resseguro, surgiram a partir do século XIV, garantindo os embarques marítimos na Itália.

A esse respeito, a primeira lei regulamentando a matéria foi o Decreto de 22 de outubro de 1369, de Doge Gabriele Adorno.

Ainda na Europa, posteriormente, os grandes incêndios ocorridos em Londres e Berlim, no século XVII, foram a causa do desenvolvimento das operações de seguro contra incêndios.

Já o seguro de transportes teria surgido no século XV no Egito, devido ao grande risco envolvido na travessia dos desertos pelas caravanas de camelos.

Por fim, a história registra que as primeiras manifestações relativas às operações de seguro de vida ocorreram no Império Romano, particularmente onde existiam os chamados collegia tenuium, ou seja, associações que pagavam uma determinada quantia pela morte de seus membros.

I.1.2 - A EVOLUÇÃO DO SEGURO NO BRASIL

No Brasil, as operações de seguro também começam pelos seguros marítimos. Até 1808, as operações de seguro eram realizadas, exclusivamente, pelas agências das companhias estrangeiras - principalmente inglesas - instaladas no Brasil.

A partir deste marco institucional, promove-se o estabelecimento da Companhia de Seguros Boa Fé, a primeira companhia de seguros autorizada a funcionar no País. Foi um Decreto de 24 de fevereiro de 1808 que estabeleceu as condições que deveriam prevalecer para a organização financeiro-econômica da referida companhia.

No Código Comercial Brasileiro, promulgado em 1850, foram previstos os preceitos básicos reguladores do seguro marítimo, o que motivou a criação de 18 companhias. Além do segmento de seguro marítimo, essas 18 companhias atuaram também em outros segmentos: seguro contra

incêndio, seguro de vida de pessoas livres, seguro contra a mortandade de escravos e seguro terrestre.

Durante o período da República, em 10/12/1903, foi baixado o Decreto No 4270, conhecido como Regulamento Murtinho, inspirado nos adiantados modelos da Suíça e Alemanha, que promulgou sua lei de seguros em 12/05/1903. O Regulamento Murtinho estabelecia basicamente uma rigorosa fiscalização, ampla e total, nas operações de seguro. Porém, teve vida efêmera, sendo revogado em 12/12/1903, devido a pressões contrárias das sociedades estrangeiras e suas associadas nacionais.

O primeiro passo institucional no setor de seguros, alcançado pelos dirigentes do País, após a Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas, foi a promulgação do Decreto No 21828, de 14 de setembro de 1932, aprovando um novo regulamento de seguros, disciplinando toda a atividade securatória.

A Constituição de 1934 previu em seu artigo 111 a nacionalização das sociedades de seguro em todas as suas modalidades, e a Constituição de 1937, atribui à União, privativamente, no seu artigo 15, No. XVII, a competência de legislar sobre seguros e sua fiscalização, e no artigo No.145, sobre a nacionalização das empresas de seguro. A nacionalização das empresas estrangeiras visava principalmente evitar, ou atenuar, a evasão de divisas ao exterior.

Em 03 de abril de 1939, pelo Decreto Lei No.1186, é criado o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) que tinha como objetivos, regular os resseguros no País e desenvolver as operações de seguros em geral.

Para acompanhar a nova orientação do setor de seguros, tornou-se indispensável a aprovação de um novo regulamento de seguros, considerando as novas condições de trabalho vigentes no País e, daí, a aprovação do

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Regulamento sob novos moldes das operações de seguros privados e sua fiscalização, pelo Decreto Lei No.2063, de 07/03/1940 com sua aplicação pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização-DNSPC.

De 1939 a 1941, foram praticamente atingidos todos os objetivos que vinham sendo perseguidos pelas autoridades brasileiras desde 1901, ou seja, o monopólio do resseguro no País, a ampla e irrestrita fiscalização das sociedades de seguro operando no Brasil e a racionalização dos seguros de bens existentes no País. Também aumentou-se a arrecadação dos prêmios e surgiram novos ramos e modalidades, que são listadas a seguir: colocação e aceitação de negócios no e do exterior (1949); Cascos Marítimos, Fluviais e Lacustres e Riscos Diversos (1950); Automóveis e Lucros Cessantes (1951); Setor Agrícola (1955); Bolsa de Seguros (1957); Crédito Interno e Quebra de Garantia (1963); Crédito à Exportação (1967) e Garantia de Obrigações Contratuais (1972).

Em 1970, o número de segurados era excessivo para o mercado existente no País. Pelo Decreto Lei No.1115 de 24/07/70, regulamentado pelo Decreto No.67447 de 27/10/1970, o Governo Federal incentivou a fusão e a incorporação de sociedades de seguro, com a concessão de incentivos.

Atualmente, é o Decreto Lei No.73 de 21/11/1966, que criou o Sistema Nacional de Seguros Privados que regula as operações de seguro e resseguro, além de outras providências.

Hoje, no País, existem os seguros estatais e os seguros privados. Os seguros estatais estão divididos nos seguintes tipos: 1) aposentadoria ao segurado, 2) pensão aos dependentes, 3) saúde do segurado e dependentes, e 4) acidentes no trabalho. Os seguros privados dividem-se basicamente em quatro:

1) Seguros de Danos Pessoais - atinge pessoas - abrange desde acidentes corporais leves até morte;

2) Seguros de Danos Materiais - atinge coisas - abrange desde pequenos reparos até reposição de bens concretos (por exemplo, seguro contra incêndios e seguro de automóveis);

3) Seguros Creditícios - atinge compromissos - abrange inadimplências de dívidas (por exemplo, garantia de obrigações contratuais);

4) Seguros Compreensivos - podem atingir simultaneamente pessoas, coisas e créditos - abrange danos pessoais e materiais; danos pessoais e creditícios; danos pessoais, materiais e creditícios; danos materiais e creditícios (por exemplo, apólice hipotecária).

I.2 - O CARÁTER INSTITUCIONAL DAS SEGURADORAS

Este item expõe a posição das seguradoras tomadas como investidoras institucionais.

As entidades de seguro são investidoras compulsórias do mercado de capitais, fazendo aplicação de suas reservas técnicas em valores mobiliários.

A reserva técnica é uma provisão obrigatória e, assim sendo, é conta de passivo porque representa um compromisso futuro, que deverá ser cumprido, quer a seguradora tenha obtido lucro ou não.

Por essa razão a reserva técnica é calculada sobre os prêmios de seguros recebidos, menos co-seguros e resseguros cedidos, cancelamentos e devoluções.

Caso não ocorram sinistros e a vigência do seguro termine, o segurador poderá incorporar a parte do prêmio relativa à cobertura de risco e que pode se transformar em sinistro, que é o prêmio puro, nos seus

lucros.

A aplicação das reservas técnicas das seguradoras é feita de acordo com o artigo 28 do Decreto Lei No.73 de 21/11/1966, conforme as diretrizes do Conselho Monetário Nacional. O artigo 29 complementa o anterior, explicitando que tais investimentos compulsórios deverão obedecer a critérios que garantam rentabilidade, segurança e liquidez.

Para regulamentar a aplicação das reservas técnicas, o Banco Central do Brasil, que é o órgão executor das decisões do CMN, baixou a resolução No. 338 de 15/08/1975, que define:

I - As reservas técnicas das sociedades seguradoras, constituídas de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, serão aplicados conforme as diretrizes desta Resolução, de modo a lhes preservar segurança, rentabilidade e liquidez.

II - As reservas técnicas não comprometidas, constituídas na forma do item anterior, serão empregadas da seguinte forma:

1) 30% (trinta por cento), no mínimo, observado o limite de 45% (quarenta e cinco por cento): em ações, debêntures conversíveis em ações de emissão de sociedades anônimas de capital aberto, adquiridas por subscrição ou no mercado. Observar-se-á, ainda, que pelo menos 50% (cinquenta por cento) dessas aplicações serão contituidas com papéis de emissão de sociedades anônimas de capital aberto controladas por capitais nacionais privados;

2) 30% (trinta por cento), no mínimo, observado o limite de 45% (quarenta e cinco por cento): em Letras do Tesouro Nacional ou Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

3) Os recursos remanescentes poderão ser aplicados nas seguintes modalidades de investimento, observado o limite máximo de 20% (vinte por

cento) do total das reservas técnicas não comprometidas, para cada uma das seguintes modalidades:

- a) depósitos a prazo, representados por certificados, em bancos comerciais, de investimento ou em caixas econômicas;
- b) quotas de fundos de investimento;
- c) imóveis de uso próprio, imóveis urbanos que não sejam de uso próprio, não compreendidos no Sistema Financeiro de Habitação, bem como direitos resultantes da venda desses imóveis;
- d) títulos com correção monetária, de emissão ou coobrigação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, representativos de operações de financiamento realizadas por aquela instituição, bem como participações em operações de financiamento com correção monetária e garantia hipotecária, realizadas por instituições autorizadas, inclusive aquisições de cédulas hipotecárias.

III - As reservas técnicas comprometidas só poderão ser empregadas nas seguintes modalidades de investimentos ou depósitos:

- a) letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, observada a aplicação mínima de 50% (cinquenta por cento) do valor das reservas comprometidas;
- b) depósitos à vista ou a prazo, neste caso representados por certificados, em bancos comerciais, de investimento ou caixas econômicas, observada a aplicação máxima de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas comprometidas;
- c) ações, debêntures conversíveis em ações de emissão de sociedades anônimas de capital aberto, adquiridas por subscrição ou no mercado, observado que o valor máximo dessas aplicações será de 25% (vinte e cinco por cento) das reservas comprometidas.

CAPÍTULO II

II.1 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO

Até 1988, o mercado segurador brasileiro sofria de um mal que já atacou quase todas as áreas institucionais da economia brasileira: o excesso de regulamentação por parte do Governo. Era praticamente impossível o desenvolvimento de seguros diferenciados, e a criatividade das companhias se via reprimida. Os preços eram tabelados, e até a entrada de novas companhias no mercado era proibida. O indexador utilizado para reajustar os valores, tanto do prêmio, quanto da indenização era único: a Taxa Referencial Diária.

Além disso, o monopólio estatal está presente em áreas que, se deixadas nas mãos do setor privado, poderiam ampliar a participação do mercado no Produto Interno Bruto. Verifica-se a presença do Estado na contratação de resseguro (através do IRB - Instituto de Resseguros do Brasil); no seguro de acidentes de trabalho e no sistema previdenciário.

Desde 1960, a participação do mercado segurador brasileiro no PIB, medido pela relação prêmio/PIB, situou-se em torno de 0,38%. Esta média é baixa mesmo se comparada a de outros países latino-americanos, como Venezuela e Argentina, onde a relação é de 2,9% e 2,7%, respectivamente. Nos países desenvolvidos, a importância desta indústria já é bem mais significativa. No Japão, a relação entre a receita do mercado segurador e o PIB chega a 9,8%; nos Estados Unidos é de 8,4%; no Reino Unido, de 8,2%; e na Alemanha, de 6,7%.

Outras duas características do mercado segurador brasileiro são seu grande potencial de crescimento e o reduzido gasto anual médio em

seguros do brasileiro.

O potencial de crescimento do setor é enorme: tem-se um mercado de 30 milhões de consumidores, dos quais somente um terço faz seguro: somente 17% da frota nacional de veículos, estimada em 16 milhões, tem algum tipo de cobertura, o que representa, portanto, um mercado potencial de 13 milhões de veículos; de um potencial de 2,4 milhões de empresas de pequeno, médio e grande portes, somente 30% contratam algum tipo de seguro. Pesquisas realizadas junto a pessoas físicas de classe média alta revelou que apenas 31% delas possuem algum tipo de seguro. Além disso, o monopólio estatal está presente em áreas, que em muitos países, são exploradas pelas seguradoras.

Com relação ao gasto anual médio em seguros do brasileiro, se comparado à de outros países, é um montante bastante irrisório, seja o ano referência, o de 1980, ou o de 1990, conforme tabela abaixo:

=====

Gasto anual médio por habitante com a contratação de seguros - em US\$

	1980	1990
PAISES DESENVOLVIDOS		
Austrália	481,8	1296,5
Austria	377,2	1075,4
Bélgica	445,5	868,3
Canadá	520,4	1196,6
Dinamarca	502,5	1219,0
Finlândia	509,4	1901,1
França	419,2	1316,7

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Alemanha	653,9	1462,8
Grécia	43,5	103,9
Israel	126,3	619,5
Itália	127,1	524,2
Japão	506,9	2252,5
Luxemburgo	355,6	1167,5
Holanda	603,1	1613,2
Noruega	513,2	1289,7
Portugal	61,6	206,3
África do Sul	121,1	307,7
Espanha	90,1	431,3
Suécia	578,9	1326,1
Suíça	960,6	2926,6
Turquia	3,7	12,9
Reino Unido	554,7	1775,2
Estados Unidos	833,7	1928,7

PAISES EM DESENVOLVIMENTO

Argélia	24,5	18,5
Argentina	123,2	26,7
BRASIL	14,3	16,8
Chile	22,5	56,8
China	-	2,5
Colômbia	13,8	19,4
Índia	2,7	5,6
Indonésia	2,2	5,3
Irã	10,1	29,0
Iraque	14,3	24,4

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Quênia	11,3	8,4
Coréia	39,4	640,5
Kuwait	178,1	-
México	21,0	30,4
Marrocos	15,8	20,1
Nigéria	8,9	1,8
Paquistão	2,0	3,1
Peru	8,4	-
Filipinas	10,0	12,4
Singapura	118,8	425,9
Taiwan	44,2	338,2
Tailândia	6,1	25,5
Tunísia	17,6	24,2
Uruguai	49,9	41,8
Venezuela	79,8	43,5
Zimbabwe	-	32,2
OUTROS PAÍSES		
Polônia	-	19,3
Iugoslávia	-	116,7
URSS	-	126,1

Fonte: Swiss Reinsurance Company, Sigma, No. 5 (May 82) and No. 4 (92)

O reduzido gasto em seguros do brasileiro reflete as condições

financeiras dos consumidores potenciais e preço das apólices. No caso das apólices de seguro de automóveis, seu custo é em média 6,5% do valor do automóvel por ano. Na Suíça ou Itália, este custo anual alcança em média 3,5% do valor do veículo.

Em 1988, o Governo toma a primeira medida no sentido de reverter a situação do mercado segurador brasileiro, e torná-lo mais livre e mais participativo na economia. Através da Circular No. 22 da Susep, foi permitida às seguradoras a diferenciação dos preços de seus produtos.

Concluindo, o mercado segurador brasileiro pode ser caracterizado como acomodado e de pequena participação na economia, reflexo da intervenção estatal (através de monopólios e regulamentação) e também da situação recessiva da economia brasileira, que amplia a distância entre os preços dos produtos das seguradoras e as condições financeiras dos potenciais consumidores. Em 1988, com a Circular No. 22 da Susep, houve a primeira tentativa de reverter este quadro do mercado. Porém, um conjunto de medidas mais amplas para o mercado é anunciado em 1992: o Plano Diretor do Sistema de Seguros.

II.2 O PLANO DIRETOR DO SISTEMA DE SEGUROS

II.2.1 As medidas anunciadas e as que efetivamente foram implementadas

Em julho de 1992, com o intuito de reverter o quadro de estagnação do mercado segurador e impor-lhe maior dinamismo e participação na economia brasileira, é anunciado, pelo então ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o Plano Diretor do Sistema de Seguros. O Plano prevê uma série de 32 medidas destinadas a desregulamentar e a incrementar

a atividade no País, dentro de um período de 18 meses. A indústria de seguros passaria então, a ter maior importância na formação de poupança interna de longo prazo, essencial ao desenvolvimento econômico.

De princípio, o Plano Diretor passa a deixar o mercado segurador mais livre. Deixa de estabelecer franquias, tarifas e demais aspectos da comercialização do produto. Porém, o Estado estará atento e rigoroso na fiscalização do mercado. A solvência será o principal alvo da Superintendência de Seguros Privados (Susep)- órgão responsável pela fiscalização do setor. A lógica da iniciativa parece bastante clara: quanto mais forte a base de capital de uma companhia, menos chance há de que ela se mostre incapaz de pagar suas apólices, e mais apólices poderá, então, vender.

Outras medidas do Plano que já estão em vigência são a desburocratização da criação de novos seguros, a liberação à entrada de novas companhias seguradoras no mercado, a extinção de franquias mínimas e das aplicações obrigatórias mínimas para as reservas técnicas das seguradoras, além de liberdade na utilização de indexadores. O próximo passo seria o fim do sorteio para o seguro de bens de órgãos públicos. Essa medida privilegiará as seguradoras mais competitivas, e representará uma economia de US\$ 500 milhões anuais aos cofres públicos.

Três outros pontos, que são considerados polêmicos. do Plano Diretor, que devem entrar em vigor são: o fim do monopólio do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) na contratação do resseguro; o fim do monopólio do governo no seguro de acidentes de trabalho e a reforma do sistema previdenciário do País. Segundo analistas, se o governo se afastar desses três ramos, o tamanho mercado poderá quintuplicar até o final da década.

Com relação aos corretores de seguro, o Plano prevê a revisão que torna a corretagem obrigatória, o que permitirá a contratação de seguro diretamente pelo interessado. Assim, para garantir seu espaço, os corretores terão de tomar algumas decisões, como por exemplo, melhorar a qualidade do atendimento que prestam a seus clientes.

II.2.2 Análise das medidas do Plano

A expectativa do mercado com a aplicação das medidas era a melhor possível. O mercado tornar-se-ia mais amplo e competitivo, e também uma importante engrenagem da economia nacional. Porém, medidas de vital importância ainda não foram implementadas, e outras, que já estão em vigência ainda causam dificuldades às seguradoras. Como ponto positivo, consequência do Plano, pode-se citar o aumento da competitividade, seja por guerra de preços, seja por diferenciação de produto.

Relativamente à liberdade tarifária, as seguradoras estão encontrando dificuldade na fixação do preço de seus produtos sem a presença do Estado. Um exemplo disso é o caso da Gessy Lever, que pediu a quatro seguradoras para que calculassem seus prêmios para uma apólice para suas instalações, com cobertura de US\$ 300 milhões. A variação verificada foi de US\$ 560 mil até US\$ 750 mil. Acredita-se que uma definição definitiva dos preços dos produtos das seguradoras vai demorar alguns anos, até que as seguradoras possam avaliar sua atual política de tarifas. De imediato, pesa o fato positivo de redução real dos preços dos produtos. Por exemplo, o preço dos seguros de automóveis em 1992, relativamente à 1988 caíram 20%. No segmento de incêndios, a tendência foi a mesma: redução de preços.

Os efeitos da desburocratização da criação de novos seguros se

fazem sentir pela multiplicação de novos produtos lançados pelas seguradoras. Os novos produtos tentam se adequar melhor aos diferentes consumidores, seja através de produtos mais sofisticados com coberturas mais amplas e preços mais elevados, seja através de produtos mais simplificados e mais baratos, ou seja também através de produtos com coberturas antes inexistentes.

Entre as novidades lançadas pelas seguradoras, estão o seguro educação (BFB), a fiança locatícia (Secovi, Porto Seguro e União), saúde dental (Bradesco), Viva Mais (Soma), Auto Básico (Itaú) e seguro de vida (Real). O seguro educação garante aos dependentes, em caso de morte accidental dos adultos, a continuidade dos estudos até o final do segundo grau ou até completar 19 anos. A fiança locatícia destina-se a substituir o fiador na locação de imóveis para fins comerciais ou residenciais. Além disso, a apólice prevê cobertura contra a inadimplência do inquilino. A saúde dental é um seguro saúde exclusivo para tratamentos odontológicos. O Viva Mais, da Soma, é um seguro de vida para cirurgias de grande porte e renda diária. O Auto Básico Itaú prevê, em um dos tipos de cobertura para automóveis, cobertura apenas contra perda total, com preços inferiores em cerca de 30% à média de mercado. Finalmente, o seguro de vida do Real prevê uma cobertura que inclui adiantamento em vida de 25% da indenização em caso de o segurado ser portador de Aids ou câncer.

Com relação à liberdade no uso dos indexadores para reajuste tanto do prêmio quanto da indenização, esta medida também causa dificuldades. A correção dos contratos de seguro, títulos de capitalização e planos de previdência passou a ser, desde 10. de junho de 1993, de acordo com o Índice Diário da Taxa Referencial (IDTR). Esse indexador foi definido pela Circular No. 4/93, da Superintendência de Seguros Privados (Susep),

mediante a extinção da TRD, que vinha sendo utilizada pela totalidade das seguradoras, mesmo depois de estar liberada a utilização do fator de atualização monetária desde o início de 1993. As seguradoras têm, portanto, ainda muita dificuldade em definir indexadores próprios.

Outra verificação relativa à fixação dos indexadores, é que ela é livre, mas nem tanto quanto imaginavam as seguradoras: a tentativa de lançar apólices indexadas ao dólar foi vetada pela Receita Federal. A indexação em relação ao dólar seria importante para atender, por exemplo, a correção monetária dos seguros de plantas industriais, que incluem riscos em equipamentos cujos preços são atrelados ao dólar.

As medidas anunciadas relativas à queda do monopólio estatal na contratação de resseguro, no seguro de acidentes de trabalho e no sistema previdenciário ainda não entraram em vigência. Segundo Guilherme Afif Domingos, diretor superintendente da Indiana Seguros, a presença do Estado nessas áreas prejudica bastante o crescimento do mercado. A concorrência via redução de preços neste contexto de impossibilidade de crescimento do mercado pela presença do Estado implica em redução do prêmio o que, segundo Afif, se não houver boa gestão do sinistro, muitas companhias poderão quebrar.

Concluindo, as medidas do Plano impuseram às seguradoras uma maior concorrência, que é refletida em redução de preços, oferta de uma maior gama de produtos e busca de elementos que visam redução de custos, como por exemplo, terceirização de serviços.

Porém a maior concorrência entre as seguradoras, via guerra de preços pode sofrer uma trégua. Isto porque os resultados operacionais das seguradoras vem sendo negativos. O que alivia a situação das companhias são os ganhos obtidos com a aplicação do dinheiro dos prêmios no mercado financeiro. Até 1992, quando os juros atingiam cerca de 40% ao ano em

termos reais, esses ganhos garantiam a sobrevivência. Porém, desde então, os juros começaram a cair, e hoje se situam num patamar próximo de 20%. Assim, a expectativa é de um possível aumento das apólices.

A ampliação do mercado seria um importante elemento na reversão desse quadro, sendo que a quebra dos monopólios estatais poderia garantir a ampliação do mercado. Relativamente à quebra do monopólio estatal na área de resseguros, convém colocar que se deve ter cuidado para que o fim do monopólio estatal não gere, como no caso argentino, uma certa incerteza no mercado. É conveniente que o setor privado concorra com o Estado na área de resseguros.

Um reflexo positivo na ampliação da concorrência é a tentativa, por parte das seguradoras, de buscar novos mercados. Exemplo disso são as negociações do Bamerindus com duas seguradoras paraguaias e uma argentina, visando o Mercosul. O mercado segurador argentino responde por US\$ 5 bilhões por ano. A meta da Bamerindus Seguros é ter uma participação de 3% deste mercado nos próximos dois anos. Decisões deste tipo seriam de grande importância na ampliação do mercado segurador, tanto a nível de Brasil, quanto a nível de América Latina. A partir da tabela abaixo, pode-se verificar que a participação dos prêmios brutos dos países latino-americanos em relação ao mundo, que já era pequena em 1980, decresce em 1990:

=====

TOTAL DE PRÊMIOS POR REGIÃO (em US\$ bilhões e em %)

REGIÃO	1980		1990	
	PRÊMIOS	%	PRÊMIOS	%
América do Norte	202,3	46,9	513,9	37,9
Europa	140,6	32,6	460,0	33,9

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Asia	67,1	15,6	334,0	24,6
Africa	5,0	1,2	14,4	1,1
América do Sul e Central	8,6	2,0	9,4	0,7
Oceania	7,9	1,8	23,9	1,8
Total	431,5	100,0	1355,7	100,0

Fonte: Swiss Reinsurance Company, Sigma, No. 5 (May 82), and No.4 (92)

Finalmente, na avaliação de Henrique Saraiva, membro do Conselho Consultivo da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados (Fenaseg), o Plano Diretor do Sistema de Seguros está agonizante.

O Plano, segundo Saraiva, pouco fez pela indústria de seguros, constituindo mais uma declaração de intenções. Mas não será desativado, continuando na pauta de propostas da Fenaseg. Esta, porém, vai propor ao governo Itamar Franco um plano setorial para o mercado segurador. O plano setorial seria dividido em três blocos, envolvendo o Executivo, o Legislativo e as companhias seguradoras. Do governo federal, o setor quer incentivos fiscais para o consumidor final. Com o Legislativo a proposta é desenvolver um estudo em busca de soluções para os seguros sociais, como acidentes de trabalho. Por fim, as seguradoras vão financiar um gigantesco plano de marketing.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DO MERCADO

O presente capítulo faz uma análise, ano a ano, de 1988 ao primeiro quadrimestre de 1993, do desempenho do mercado segurador brasileiro.

Trabalhar-se-á basicamente com dados do Balanço Anual da Gazeta Mercantil, e o anuário Quem é Quem na Economia Brasileira, complementando com dados das revistas Seguros & Riscos, Exame, Revista do IRB, Caderno de Seguros; e, jornal Gazeta Mercantil.

Parte III.1

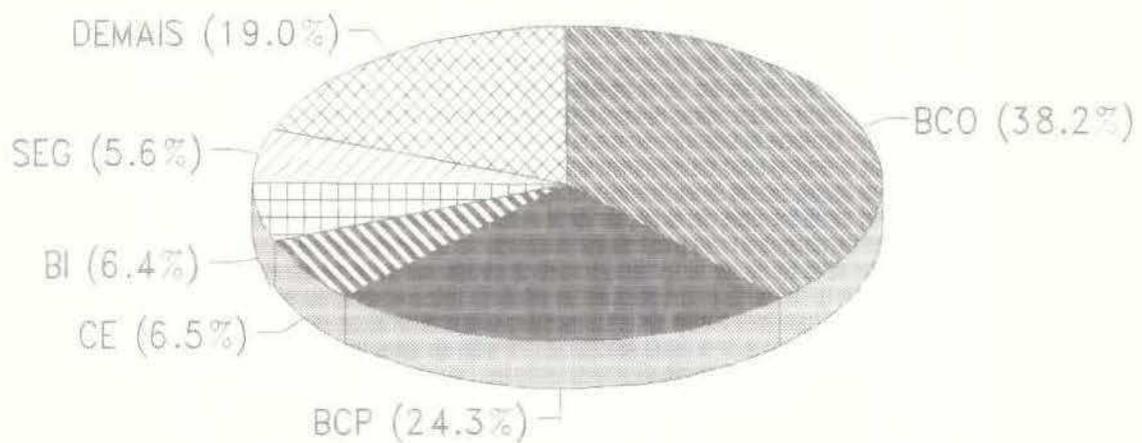
Ano de 1988

No ano de 1988, os balanços das companhias seguradoras apresentaram um aumento de 1,1% na receita, ou seja, no montante de prêmios brutos. O lucro das seguradoras apresentou um crescimento de 20,1%. Estes números são modestos se comparados aos de outros subsetores da área financeira, mas a lucratividade sobre as operações subiu de 11,9% em 1987 para 14,1%. A rentabilidade sobre o patrimônio subiu de 9,1% para 10,45% (ainda acima do índice de 1986).

As dez maiores seguradoras no ano de 1988, por volume de prêmios brutos, foram:

LUCRO LÍQUIDO DO SUBSETOR COMO PORCENTAGEM DO LUCRO SETORIAL TOTAL
NO EXERCÍCIO DE 1988

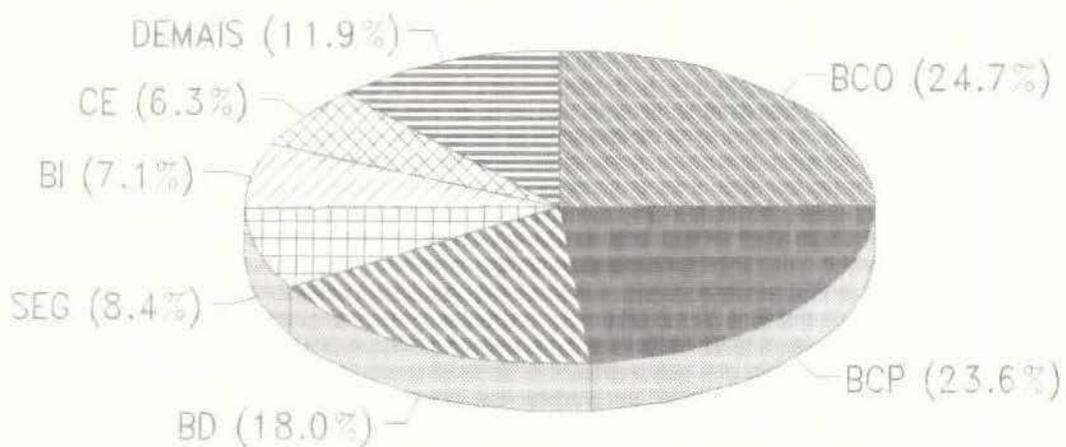
Fonte: QUEM E QUEM / 89



Onde: BCO – Bancos Comerciais Oficiais BI – Bancos de Investimento
BCP – Bancos Comerciais Privados SEG – Seguradoras
CE – Caixas Econômicas DEMAIS – demais subsetores

PATRIMONIO LIQUIDO SUBSETORIAL COMO PORCENTAGEM DO PATRIMONIO SETORIAL TOTAL
NO EXERCICIO DE 1988

FONTE: QUEM E QUEM / 89



Onde: BCO – Bancos Comerciais Oficiais BI – Bancos de Investimento
BCP – Bancos Comerciais Privados CE – Caixas Economicas
BD – Bancos de Desenvolvimento DEMAIS – demais subsetores
SEG – Seguradoras

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

SEGURADORA	RECEITA DE PRÊMIOS
	em US\$ mil
Sul América Cia. Nac.	431.979,13
Bradesco	267.609,79
Sul América	203.635,24
Itaú	197.306,30
Porto Seguro	124.028,97
Bamerindus	96.623,21
Brasil	94.805,25
Sul América Bandeirantes	87.333,29
Minas Brasil	81.360,48
Nacional	73.810,52

Os números referentes ao mercado segurador brasileiro em 1988 foram:

	em US\$ mil
Receita de Prêmios	3.117.064,42
Provisões Técnicas	2.472.720,72
Patrimônio Líquido	3.520.546,65
Lucro Líquido	268.023,60
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	10,45%
Lucro Líquido / Prêmios Brutos	11,09%

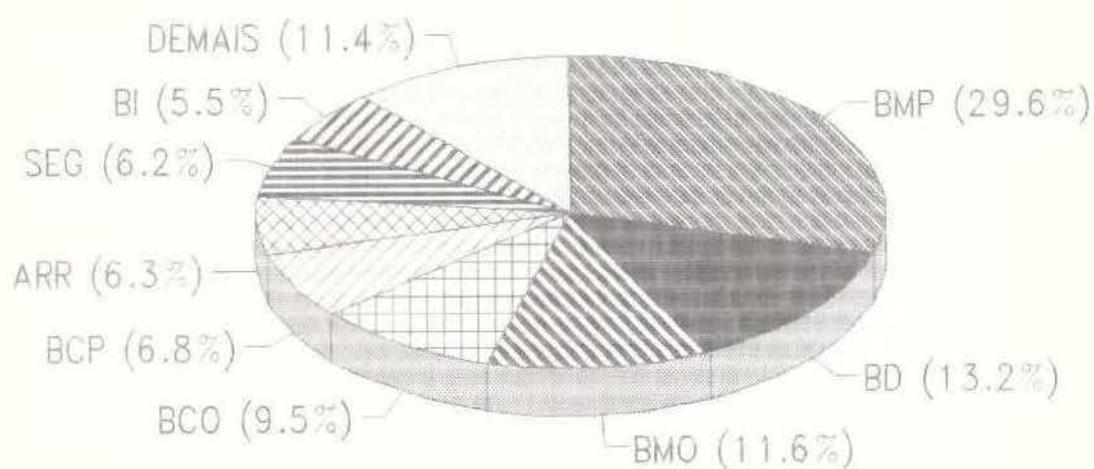
UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

No ano de 1988, o lucro líquido das companhias seguradoras representou 5,6% do lucro líquido total do setor financeiro (ver gráfico). O patrimônio líquido das seguradoras no ano representou 8,4% do patrimônio líquido total do setor financeiro (ver gráfico).

LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO DO SUBSETOR COMO PORCENTAGEM DO LUCRO SETORIAL

TOTAL EM 1989

FONTE: QUEM E QUEM / 1990

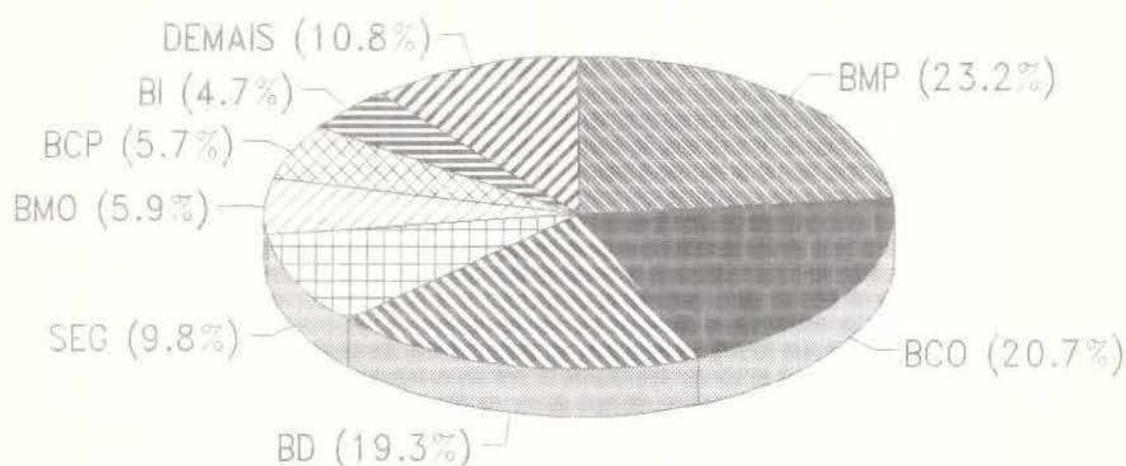


Onde: BMP – Bancos Múltiplos Privados BCP – Bancos Comerciais Privados
BCO – Bancos Comerciais Oficiais ARR – Arrendadoras
BD – Bancos de Desenvolvimento SEG – Seguradoras
BMO – Bancos Múltiplos Oficiais BI – Bancos de Investimento

PATRIMONIO LIQUIDO SUBSETORIAL COMO PORCENTAGEM DO PATRIMONIO SETORIAL TOTAL

NO ANO DE 1989

FONTE: QUEM E QUEM / 1990



Onde: BMP – Bancos Múltiplos Privados BMO – Bancos Múltiplos Oficiais
BCO – Bancos Comerciais Oficiais BCP – Bancos Comerciais Privados
BD – Bancos de Desenvolvimento BI – Bancos de Investimento
SEG – Seguradoras

Ano de 1989

As aplicações no mercado financeiro por parte das companhias seguradoras foram essenciais, no sentido de que conseguiram manter seus lucros num contexto de acirramento concorrencial sem expansão no volume de negócios. Outro problema enfrentado pelas seguradoras em 1989 foi a dificuldade na fixação da correção para prêmios e indenizações. Ainda assim, as seguradoras conseguiram manter sua rentabilidade média sobre o patrimônio próximo dos 10%, índice que não foge muito aos registrados em 1986 (9,3%) e 1987 (9,1%).

As dez maiores companhias seguradoras, por volume de prêmios brutos, foram:

SEGURADORA	em US\$ mil
Bradesco	354.751,59
Sul América Cia. Nac.	252.152,93
Sul América Ter. Mar.	226.751,19
Itaú	209.399,91
Bamerindus	127.528,34
Porto Seguro	122.971,57
Brasil	112.522,10
Minas Brasil	90.565,76
Sul América Bandeirantes	90.553,87
Vera Cruz	71.334,93

Os números do mercado segurador brasileiro no ano de 1989 foram:

	em US\$ mil
Prêmios Brutos	3.015.513,11
Provisões Técnicas	2.412.410,49
Patrimônio Líquido	3.933.571,68
Lucro Líquido	403.313,54
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	10,25%
Lucro Líquido / Prêmios Brutos	13,37%

Em 1989, o lucro líquido do subsetor das seguradoras representou 6,2% do lucro líquido total do setor financeiro (ver gráfico), e seu patrimônio líquido teve uma participação de 9,8% do patrimônio líquido total do setor financeiro (ver gráfico).

Ano de 1990

Apesar de todas as dificuldades vividas pela economia brasileira, o mercado segurador nacional fechou o ano de 1990 com saldo positivo. Os resultados começaram a melhorar a partir do mês de setembro (ver gráfico), quando os efeitos do Plano Collor já estavam reduzidos.

De acordo com dados da Federação Nacional de Seguros Privados e Capitalização (Fenaseg), o volume total de prêmios emitidos teve um crescimento real de 9,9% em relação ao ano de 1989. Uma das razões para a retomada do setor, no segundo semestre foi o grande crescimento do seguro saúde, que teve um aumento real, relativamente ao ano anterior, de 125,9%. Os outros ramos que mais cresceram foram: vida (26,40%), habitação (18,50%), e acidentes pessoais (14,40%). O ramo de automóveis apresentou um decréscimo de 3,7%, conforme se pode verificar na tabela abaixo:

=====

MAIORES CRESCIMENTOS

RAMO	% DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO MERCADO (PREMIOS RETIDOS)		CRESC. REAL
	1989	1990	EM IGP
Saúde	3,67	7,53	125,90
Vida	10,78	12,40	26,40
Habitação	4,65	5,02	18,50
Ac. Pessoais	3,57	3,72	14,40

QUEDAS E MENORES CRESCIMENTOS

RAMO	% DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO MERCADO (PRÊMIOS EMITIDOS)		CRESC. REAL EM IGP
	1989	1990	
Incêndio	18,91	16,16	-6,10
Dpvat	1,06	0,93	-3,70
Auto/RCF	39,39	37,15	3,70
Outros RE	14,10	13,33	4,00
Transportes	3,87	3,76	6,70

Fonte: Seguros & Riscos, Maio/1991

A taxa de sinistralidade de 1990 cresceu em relação a de 1989. Ficou em 66%, contra 58% do ano anterior.

O que mais preocupou o mercado foram os resultados industriais negativos. Das 94 companhias de seguros que atuam no mercado nacional, apenas 10 apresentaram resultados industriais positivos. Foram elas: Alcoa (33,6%), Sasse(16,7%), Bradesco(8,9%), Âncora(6,4%), Sul América(3,5%), Novo Hamburgo(3,0%), Marítima(2,2%), Itaú(1,3%), Porto Seguro(0,9%) e Noroeste(0,9%).

No ano de 1990, o mercado segurador brasileiro apresentou os seguintes números:

	US\$ milhões
Prêmios brutos	3.542,03
Provisões técnicas	1.391,75
Patrimônio Líquido	2.313,86

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Lucro Líquido 268,87

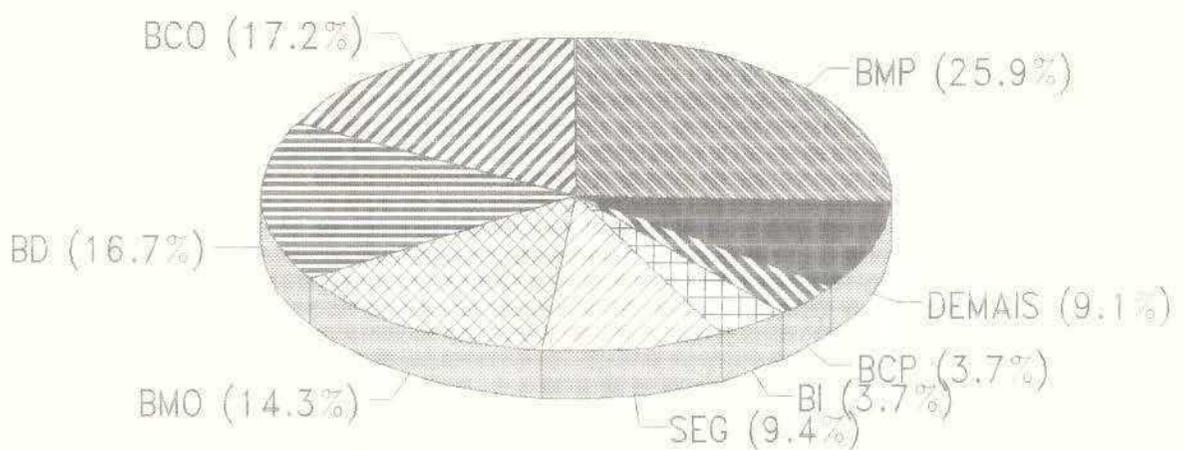
As dez maiores companhias seguradoras em 1990, por volume de prêmios brutos, foram:

SEGURADORA	em US\$ mil
Bradesco	394.155,00
Itaú	280.124,66
Sul América Ter. Mar.	231.553,57
Sul América Cia. Nac.	169.475,49
Bamerindus	157.791,36
Vera Cruz	155.221,68
Porto Seguro	126.620,00
Brasil	113.013,05
Pátria	107.838,41
Sul América Bandeirantes	96.571,79

O patrimônio líquido das seguradoras representou 9,4% do patrimônio líquido total do setor financeiro no ano de 1990 (ver gráfico).

OS SUBSETORES FINANCEIROS QUE DETEM OS MAIORES PATRIMONIOS

Fonte : QUEM E QUEM / 91



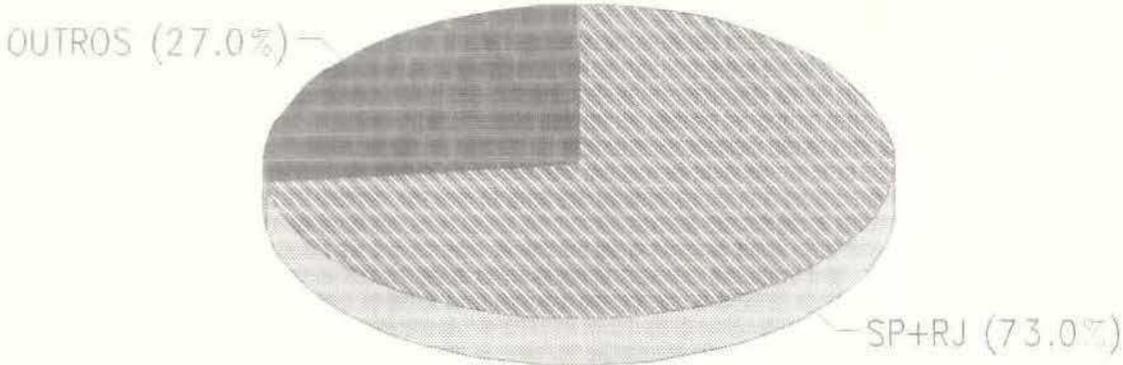
Onde: BMP – Bancos Múltiplos Privados SEG – Seguradoras
DEMAIS – demais subsectores BMO – Bancos Múltiplos Oficiais
BCP – Bancos Comerciais Privados BD – Bancos de Desenvolvimento
BI – Bancos de Investimento BCO – Bancos Comerciais Oficiais

Crescimento Real do Mercado Segurador Ano 1990

Fonte: Seguros & Riscos Maio/1991



CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO MERCADO SEGURADOR EM % - 1990



Fonte: Gazeta Mercantil

Ano de 1991

O ano de 1991 foi marcado pela entrada, no mercado segurador, de empresas de planos de saúde, o causou impacto no ranking nacional das seguradoras. Só a Golden Cross, que ainda não converteu 50% de seus planos em apólices de seguro, estreou como a sexta maior companhia.

Algumas companhias, como a Bamerindus Seguros, foram extremamente agressivas para aumentar sua participação no mercado.

No ano de 1991, a palavra de ordem foi a competição, e muitas seguradoras mostraram em seus balanços que não estavam acostumadas à guerra de preços.

Em geral, as companhias apresentaram prejuízo operacional, que é um resultado negativo na venda de seguros. Algumas seguradoras explicaram em seus balanços que, apesar de exibirem lucro no resultado final, a diferença entre a receita de vendas de seguros e o pagamento de sinistros, custos de comercialização e outras despesas administrativas foi negativa. Outras simplesmente apagaram o "vermelho" do balanço com lucros financeiros ou equivalência patrimonial. Foi o lucro financeiro que permitiu às seguradoras exibirem lucro líquido em seus balanços.

Os números das seguradoras no ano de 1991 foram os seguintes:

	US\$ milhões
Prêmios brutos	3.039,32
Provisões técnicas	1.185,08
Patrimônio líquido	3.827,63
Lucro líquido	258,02

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Os maiores ramos de 1991, por prêmios emitidos foram:

Ordem	Ramo	Receitas (em US\$milhões)	Cresc. Real (%)	Particip. merc. (%)
1	Automóvel	730,2	-8,3	33,3
2	Incêndio	304,7	-13,4	13,9
3	Vida	301,4	16,6	13,7
4	Saúde	251,1	90,5	11,4
5	Habitação	125,1	1,7	5,7
6	Riscos Div.	118,1	45,6	5,4
7	Ac. Pessoais	78,1	-1,0	3,6
8	Transporte	75,6	10,3	3,4
9	Riscos de Eng.	22,9	38,8	1,0
10	Resp. Civil	18,6	13,8	0,8
11	Obrig. de Veic.	11,1	-38,5	0,5
12	Outros Ramos	157,2	-6,9	7,2
	Total do Mercado	2.194,2	3,3	100,0

Fonte: Seguros & Riscos

Novamente, o ramo de maior crescimento foi o ramo saúde, que cresceu 90,5%. número muito superior ao crescimento do mercado, que foi de 3,3%. Em 1990, o ramo saúde também foi o ramo que mais cresceu (125,9%).

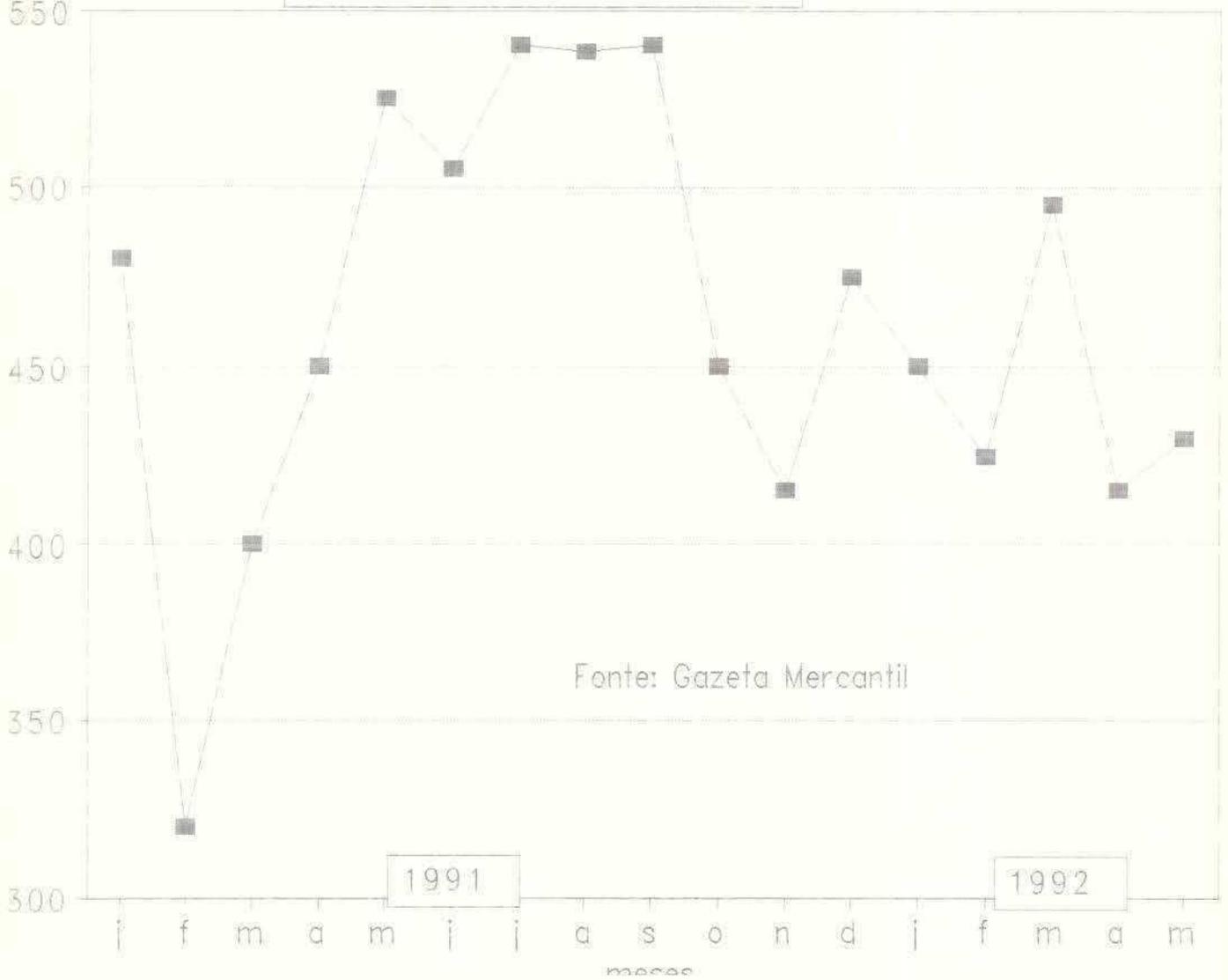
As dez maiores companhias seguradoras em 1991, por prêmios brutos, foram:

SEGURADORA	em US\$ mil
Bradesco	423.895,2
Itaú	199.651,9
Sul América Ter. Mar.	184.571,5
Bamerindus	147.020,4
Sul América Cia. Nac.	125.842,7
Porto Seguro	103.255,7
Vera Cruz	83.057,1
Sasse	82.761,0
Brasil	82.268,2
Golden Cross	82.083,8

O lucro das seguradoras representou 13,8% do lucro total do setor financeiro no ano de 1991 (ver gráfico).

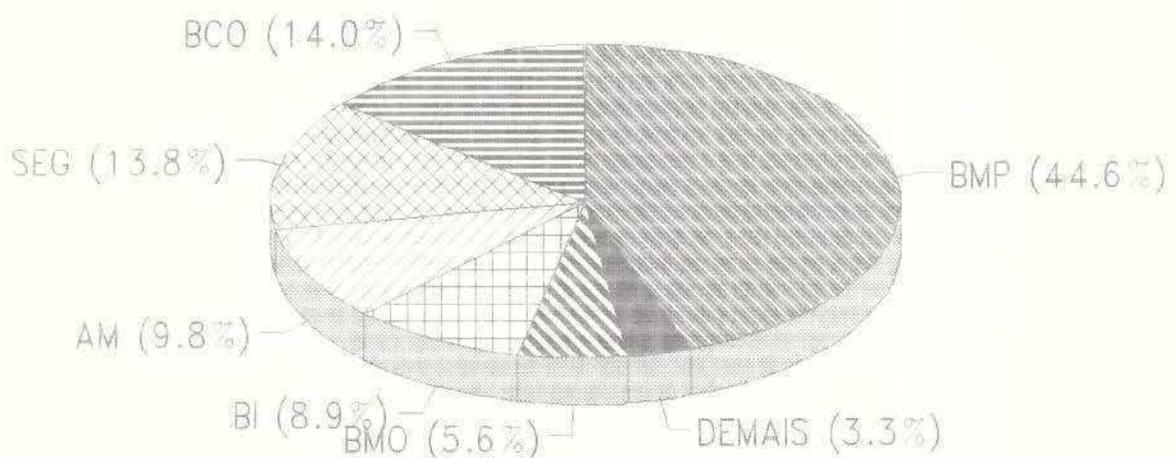
O gráfico mostra a evolução do volume de prêmios emitidos durante o ano de 1991.

Premios emitidos - US\$ milhoes



OS SUBSETORES FINANCEIROS QUE DETEM AS MAIORES FATIAS DE LUCRO DO SETOR
FINANCEIRO EM 1991

Fonte : QUEM E QUEM / 92



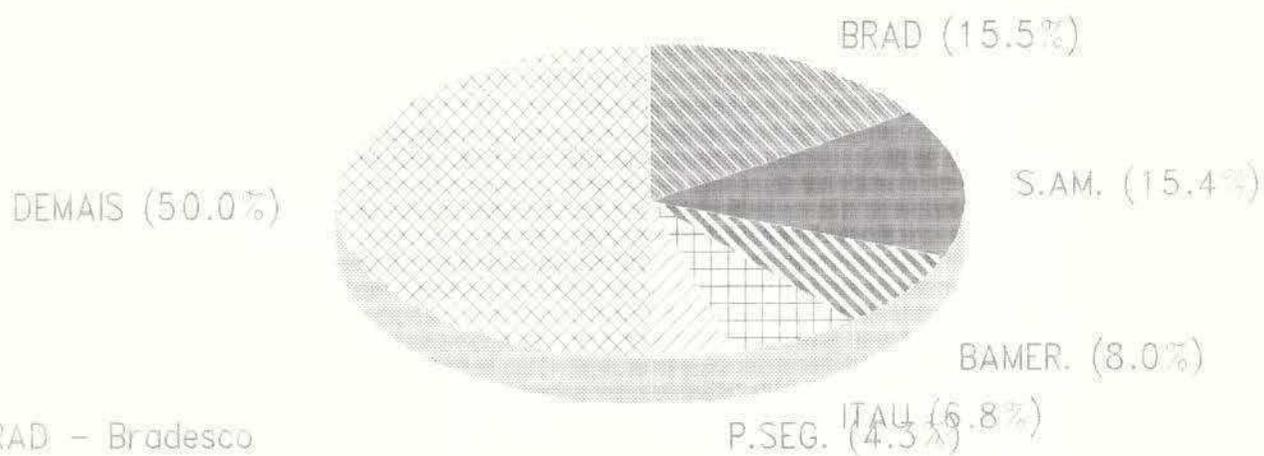
Onde: BMP – Bancos Múltiplos Privados AM – Arrendamento Mercantil

DEMAIS – demais subsectores SEG – Seguradoras

BMO – Bancos Múltiplos Oficiais BCO – Bancos Comerciais Oficiais

BI – Bancos de Investimento

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA INDUSTRIA DE SEGUROS EM % - 1991



BRAD - Bradesco

S.M. - Sul America

BAMER. - Bamerindus

ITAU

P.SEG. - Porto Seguro

Fonte: Revista EXAME

Ano de 1992

O esforço de venda empreendido pelas companhias seguradoras no ano de 1992 conseguiu, relativamente ao ano anterior, ampliar as vendas de seguro no País. Os prêmios brutos tiveram um crescimento de 13,58%, passando de US\$ 3,047 bilhões para US\$ 3,469 bilhões.

Outro bom motivo para se comemorar o desempenho em 1992 é que, para surpresa dos próprios executivos do setor, descobriu-se que a participação da indústria de seguros no PIB é, na verdade, de 1,6%, muito maior do que o percentual histórico de 1%. Isto porque até 1991, calculava-se a receita de prêmios com base nas normas estabelecidas na legislação societária, ou seja, sem nenhuma correção dos valores arrecadados. A partir de 1992, com a adoção do sistema de correção integral, que atualiza a receita obtida ao longo do ano para valores de final de dezembro, chegou-se a um número muito maior. Segundo dados da Fenaseg, entidade que reúne as seguradoras, o volume bruto de prêmios emitidos, calculado pelo novo sistema de correção, foi de US\$ 6,7 bilhões.

Apesar do crescimento no volume de prêmios em 1992, relativamente a 1991, o lucro caiu 12%. O lucro das seguradoras em 1992 foi de US\$ 227 milhões, enquanto que, no ano anterior, o lucro das companhias ficou em US\$ 258 milhões.

O diretor executivo da Brasil Seguros, Flávio Faggion Júnior, identificou na análise dos balanços que a contradição entre aumento na produção e a queda no volume de lucro deve-se a sinistralidade das companhias. O índice de sinistralidade, que em 1991 era de 49% sobre o prêmio ganho, ficou em 59% sobre o prêmio ganho em 1992.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido, que foi de 6,74% em 1991, caiu para 5,82% em 1992.

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

A taxa conhecida como "combined ratio" - despesas com sinistro, comercialização e despesas administrativas sobre o total de prêmios ganhos - subiu de 99% em 1991 para 107% em 1992.

Os números do mercado segurador relativos ao ano de 1992 foram:

	US\$ milhões
Prêmios Brutos	3.649,38
Provisões Técnicas	1.275,00
Patrimônio Líquido	3.900,96
Lucro Líquido	227,17
<hr/>	
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	5,82%
Lucro Líquido / Prêmios Brutos	6,54%

As dez maiores seguradoras no ano de 1992, por volume de prêmios, foram:

SEGURADORA	em US\$ mil
Bradesco	771.675,5
Satma	218.865,8
Itaú	156.923,9
Bamerindus	143.707,9
Sul América Seguros	135.073,0
Sasse	108.861,4
Nacional	106.185,6
Pátria	93.784,7

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Porto Seguro	85.792,3
Golden Cross	83.531,7

Primeiro Quadrimestre de 1993

Os dados a seguir foram extraídos da revista BANCO HOJE de outubro de 1993. Segundo dados da Fenaseg publicados pela revista, o mercado segurador brasileiro faturou US\$ 2,2 bilhões nos quatro primeiros meses de 1993. Para evitar distorções com os cálculos por causa da inflação, a Fenaseg converteu os valores de cada mês em dólar médio mensal.

Segundo o presidente da Fenaseg, João Elísio Ferraz de Campos, comparando-se o volume de prêmios emitidos em 92, estima-se que não haverá crescimento no setor. Mas para Campos, na atual, situação do País, conseguir manter-se igual já representa um crescimento.

O montante de prêmios (emitido, retido e ganho), de sinistro retido e comissões/descontos são apresentadas a seguir:

	Jan/93	Fev/93	Mar/93	Abr/93	Acumulado
Prêmio emitido	533.079,74	520.663,07	580.283,87	584.866,15	2.218.892,84
Prêmio retido	464.497,96	452.381,35	501.457,99	513.581,30	1.931.919,10
Prêmio ganho	304.589,40	214.198,09	338.625,13	300.628,88	1.158.041,51
Sinistro retido	251.646,50	251.468,02	332.425,62	309.858,30	1.145.398,44
Comissões/Desc.	53.193,88	58.922,20	58.281,72	67.648,54	238.046,34

(em US\$ mil)

Fonte: Fenaseg

As carteiras com maior participação no mercado foram:

UM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

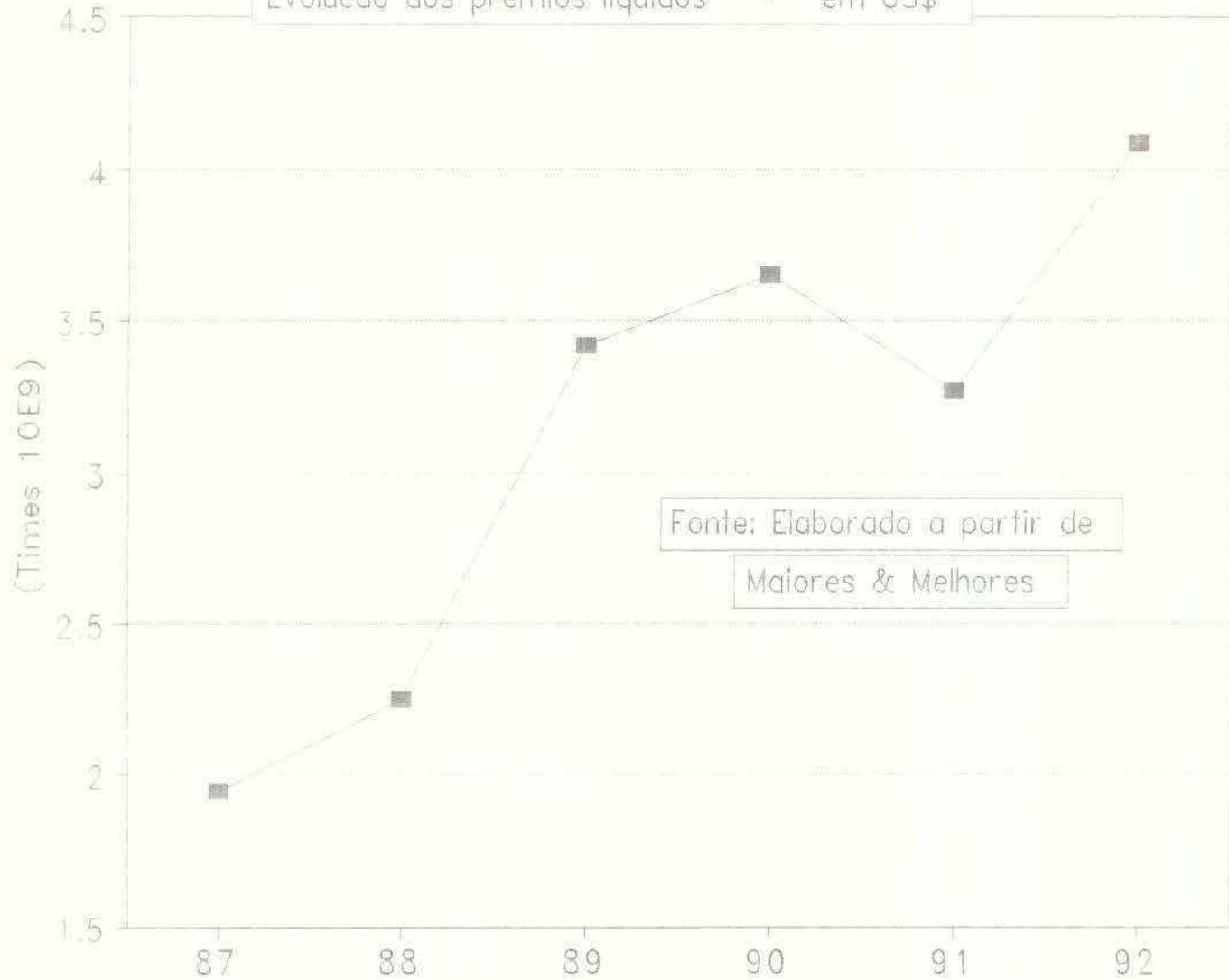
Automóveis	-	33,29%
Saúde	-	15,06%
Incêndio	-	10,80%

Fonte: Fenaseg

Parte III.2

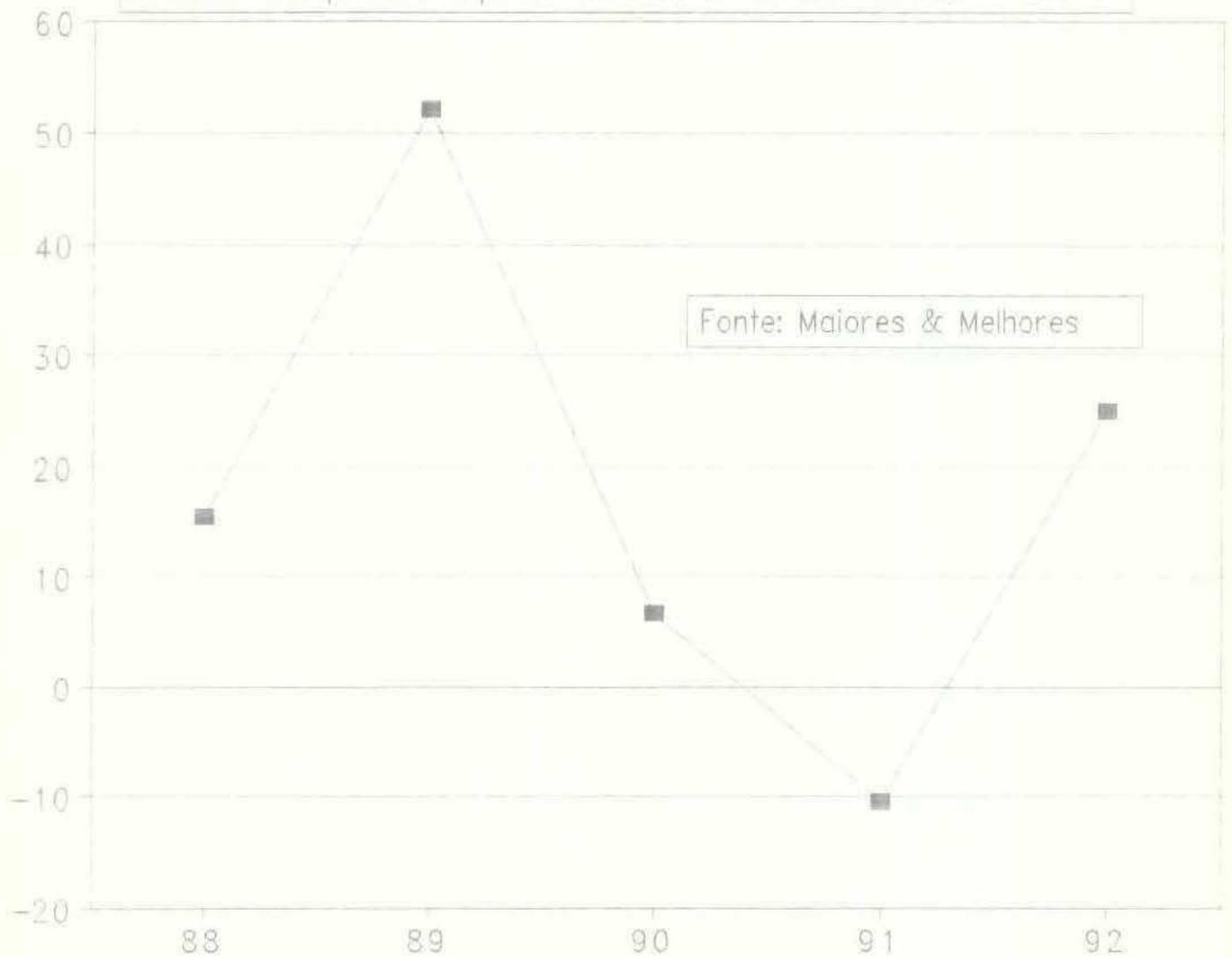
A seguir são apresentados alguns gráficos elaborados a partir do anuário Maiores & Melhores de Exame. Estes apresentam a evolução dos prêmios líquidos e do lucro líquido das vinte maiores companhias seguradoras. A colocação de tais gráficos é importante, já que a produção destas representa aproximadamente 75% da produção total do mercado segurador brasileiro, mostrando que a evolução de seus números representa bem a evolução dos números do mercado. Apresentam, diferentemente dos gráficos anteriores, que trabalham com prêmios brutos, a evolução dos prêmios líquidos.

Evolução dos prêmios líquidos - em US\$



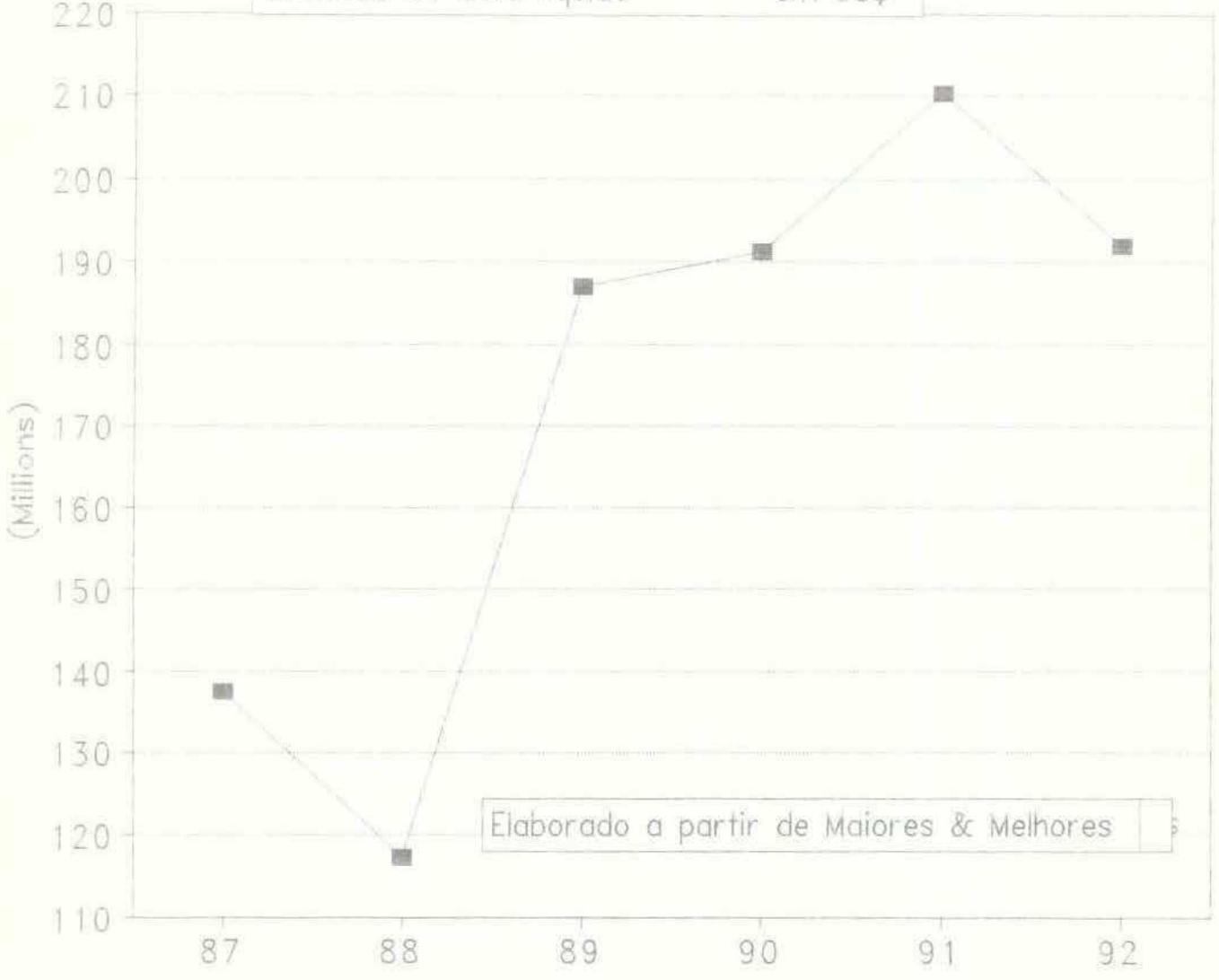
Fonte: Elaborado a partir de
Majores & Melhores

Evolucao dos premios liquidos em relacao ao ano anterior - em %



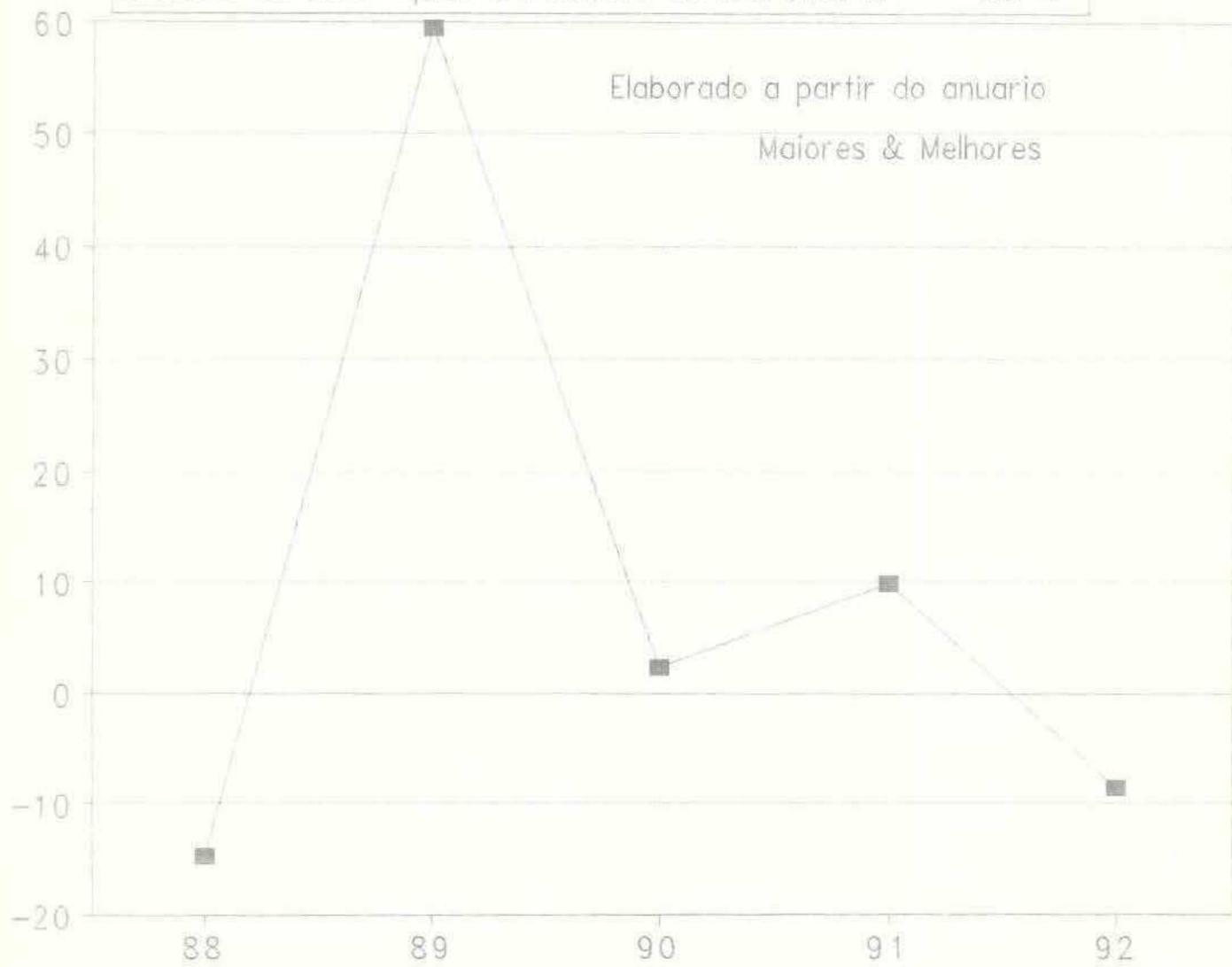
Fonte: Maiores & Melhores

Evolucao do lucro liquido - em US\$



Elaborado a partir de Maiores & Melhores

Evolucao do lucro liquido em relacao ao ano anterior - em %



Parte III.3

Infelizmente, as expectativas de crescimento do mercado segurador brasileiro não se concretizaram. A causa básica é a não implantação efetiva de algumas medidas importantes anunciadas em julho de 1992, que constituíam o Plano Diretor do Governo para o mercado segurador, anunciadas pelo então ministro Márcilio Marques Moreira.

Esperava-se que o mercado segurador crescesse devido a sua desregulamentação e passagem, para o setor privado, de áreas monopolizadas pelo setor estatal. Estimava-se que o mercado quintuplicaria com a quebra do monopólio estatal em áreas como acidentes de trabalho e resseguro. Porém, o monopólio estatal ainda persiste nestas áreas. A expectativa é que com a revisão constitucional este quadro se altere.

O que ocorre atualmente com o mercado é uma concorrência predatória, onde o sinistro mais as despesas administrativas e com venda muitas vezes superam a arrecadação. O lucro provem basicamente de aplicações financeiras, já que o resultado operacional tem sido negativo.

Relativamente aos prêmios brutos, nota-se pelos gráficos que se seguem, que estes cresceram em 90 (21,95%) e em 92 (13,85%). No acumulado dos anos analisados houve um crescimento real de 14,1%. O PIB desse mesmo período caiu 1,4% (ver gráfico). Ou seja, apesar de todas as dificuldades, a produção do mercado segurador conseguiu crescer bem acima do PIB.

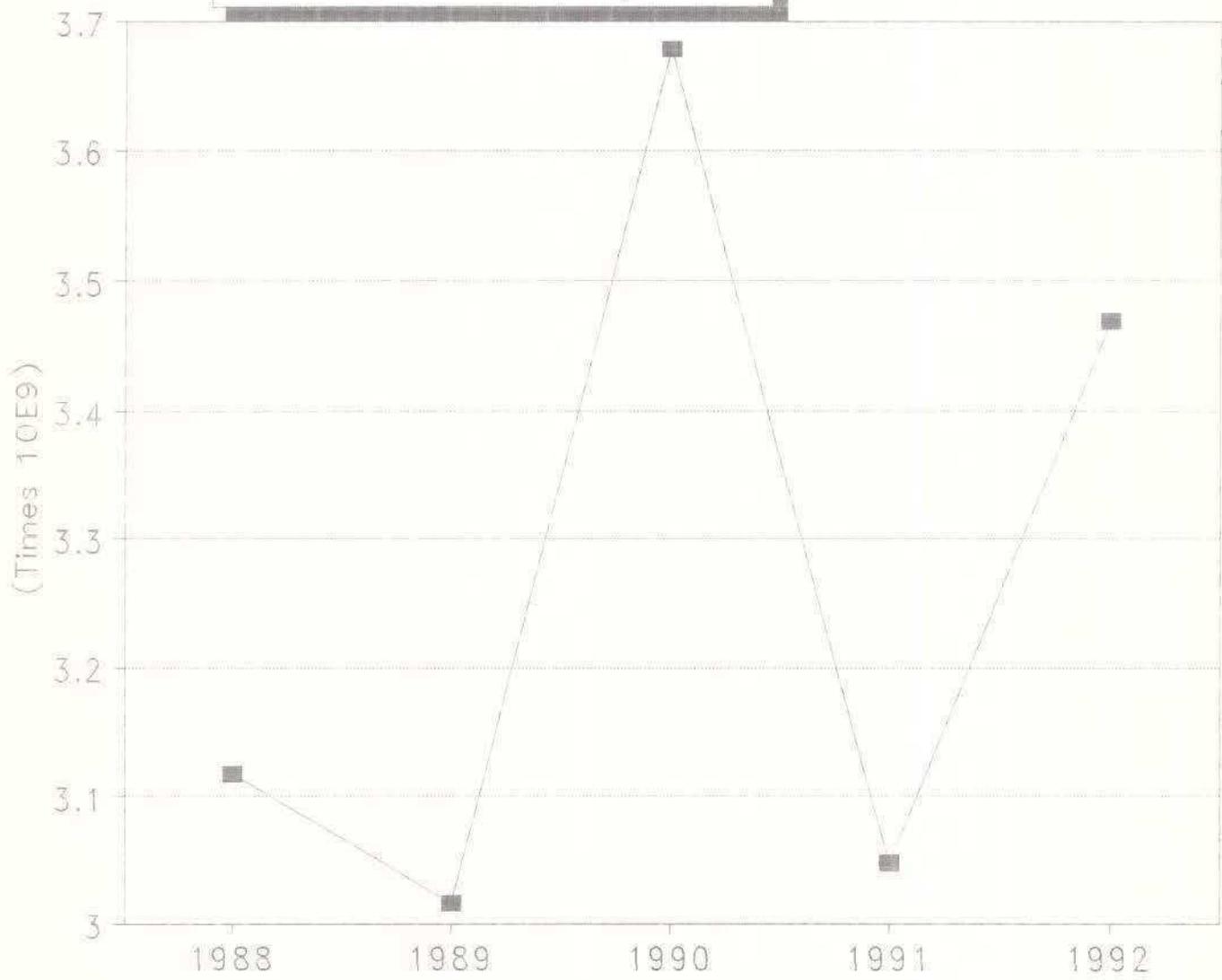
O patrimônio líquido obteve um bom crescimento no período, registrando um crescimento real de 37,93%. O ano de 1990 foi o único que registrou uma grande queda (-41,1%) (ver gráfico).

O lucro líquido, que cresceu 50,47% em 89, relativamente ao ano anterior, sofreu sucessivas quedas a partir de 90. No acumulado, o lucro líquido cresceu apenas 1,4%.

O montante de provisões técnicas sofreu quedas em 89 (-2,4%), em 90 (-43,59%), em 91 (-13,2%), registrando um crescimento apenas em 92 (7,9%). Isto permite afirmar que o mercado segurador não conseguiu ampliar a participação de suas aplicações no mercado de capitais, já que suas aplicações representam percentuais das provisões técnicas.

O que se pode concluir, portanto, é que o crescimento do mercado ter sido razoável e acima do PIB, ficou bem aquém das expectativas geradas pelo anúncio do Plano Diretor.

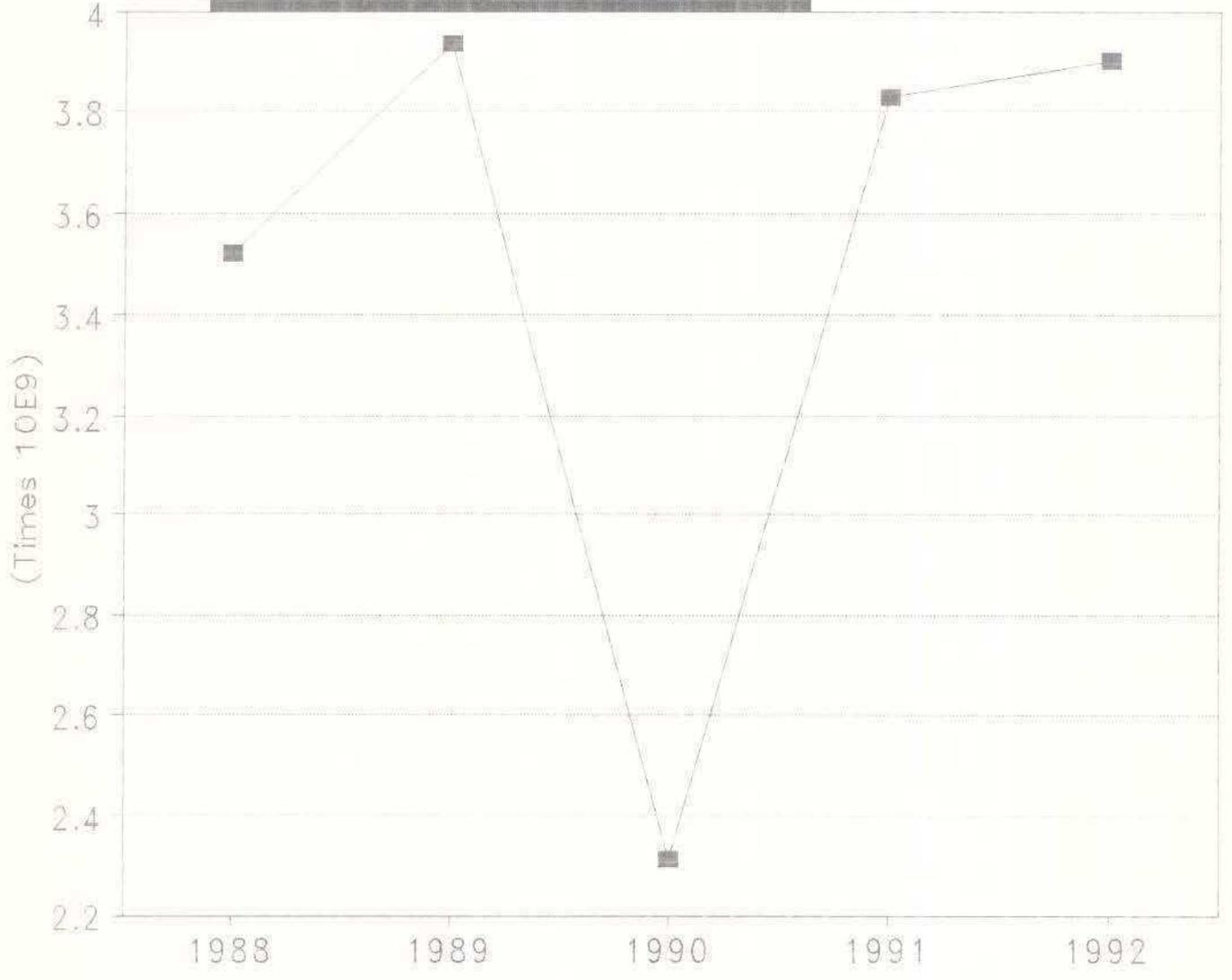
PREMIOS BRUTOS - em US\$ bilhoes



Variação dos Premios Brutos em relação ao ano anterior em %



PATRIMONIO LIQUIDO - em US\$ bilhoes



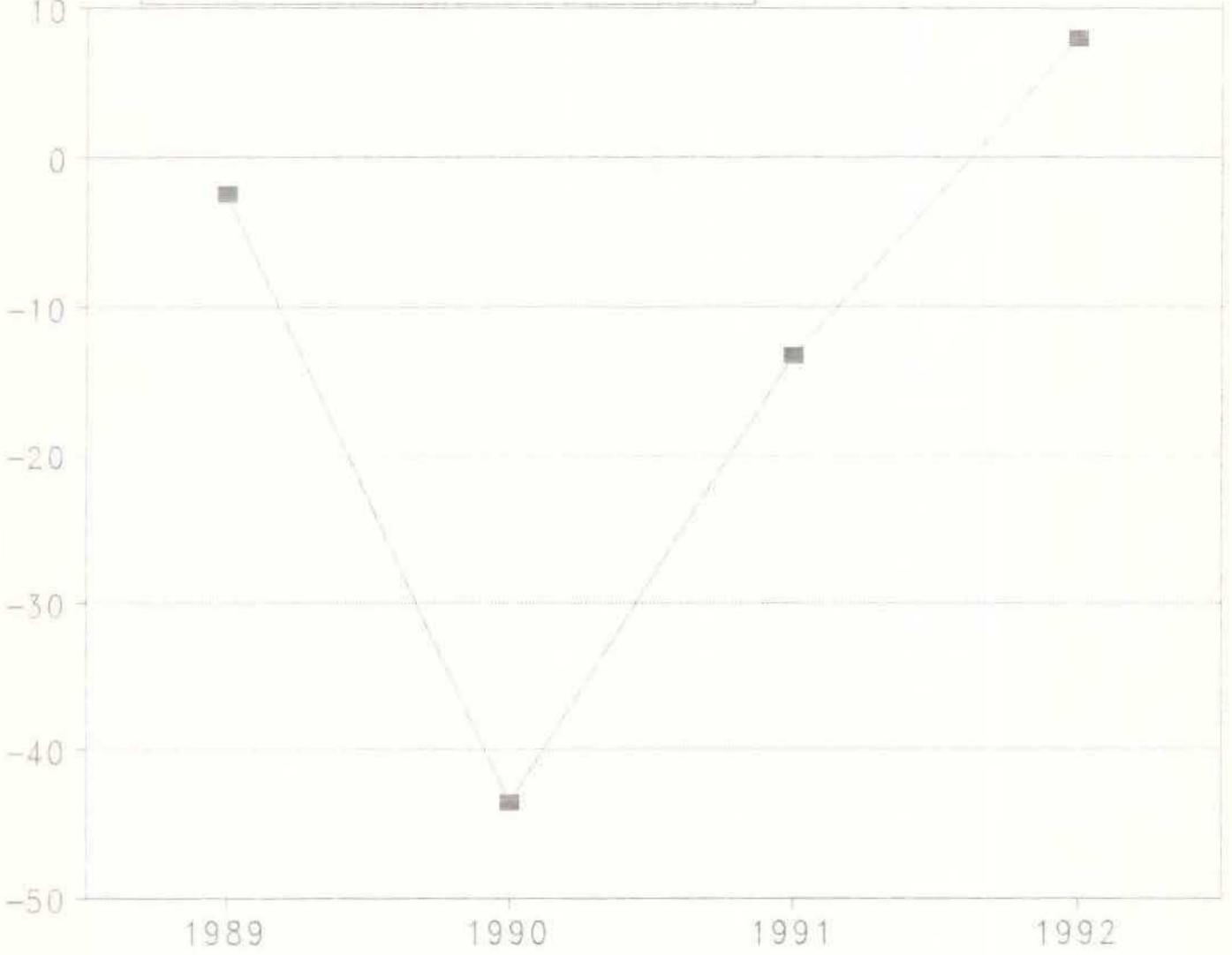
Variacao do Patrimonio Liquido - em %



PROVISÕES TÉCNICAS – em US\$ milhoes



Variação das Provisões Técnicas em %



LUCRO LIQUIDO - em US\$ milhoes

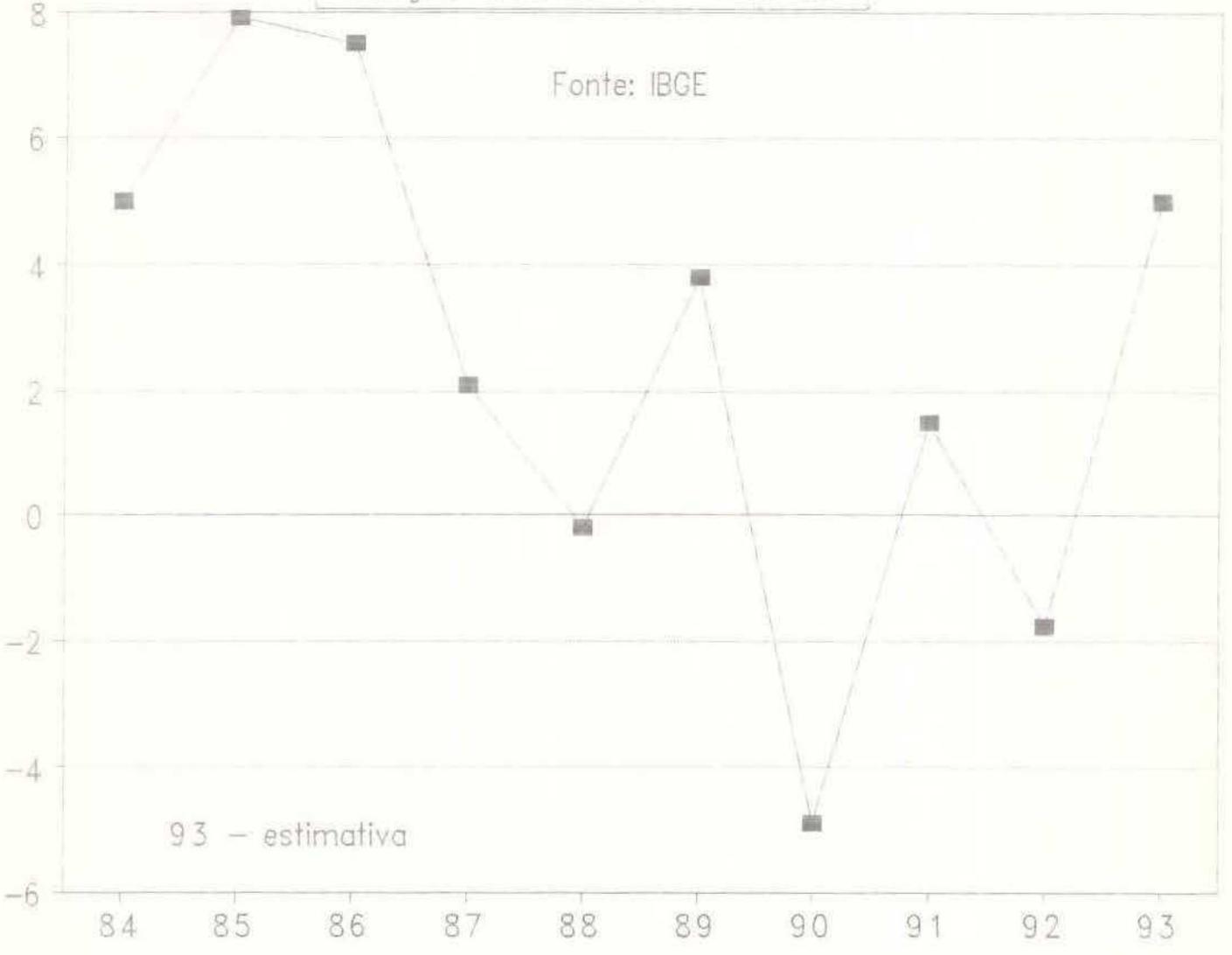


Variação do Lucro Líquido em %



VARIAÇÃO REAL DO PIB - % ao ano

Fonte: IBGE



93 - estimativa

RESULTADO APENAS COM VENDAS DE SEGUROS - US\$ milhões



Fonte: Revista EXAME jul/93

CAPÍTULO IV - A INFLUÊNCIA DAS APLICAÇÕES DO MERCADO SEGURADOR NO MERCADO DE CAPITAIS

Infelizmente, dados quantitativos relativos às aplicações das seguradoras no mercado de capitais, devido ao seu caráter institucional, não puderam ser obtidos.

A expectativa era de que, devido às medidas anunciadas pelo Governo para desregulamentação e menor presença estatal nesse mercado, este pudesse ampliar enormemente sua produção. A maior produção da indústria de seguros teria como consequência uma ampliação de suas aplicações no mercado de capitais, o que favoreceria os investimentos de longa maturação.

A conclusão que se pode chegar, a partir da análise do mercado segurador é que este não conseguiu se expandir da maneira esperada, mantendo sua produção entre US\$ 3 bilhões a US\$ 3,7 bilhões, sendo que o volume de provisões técnicas até decaiu. E, sendo que as aplicações no mercado de capitais por parte das seguradoras, pelo seu caráter institucional, é baseado em percentuais das provisões técnicas, é razoável concluir que tais aplicações declinaram. Assim, o mercado segurador continua ainda com uma importância bastante reduzida na formação de poupança interna.

O maior entrave ao crescimento da indústria de seguros, e conseqüente ampliação na participação no volume de recursos do mercado de capitais, foi sem dúvida, a presença estatal em áreas que deveriam ser do setor privado, como as áreas de acidentes de trabalho e resseguro.

CONCLUSÃO

A expectativa de crescimento do mercado segurador brasileiro, uma das principais razões motivadoras a realização da presente monografia, não se concretizou. Infelizmente, devido a não implantação de algumas medidas do Plano Diretor, não se pôde verificar o enorme crescimento esperado. O crescimento apresentado ainda foi modesto, pelo menos de acordo com as expectativas.

Uma verificação importante que pôde ser feita, foi o aumento do dinamismo do mercado, resultado principalmente, da Circular No. 12 da Susep, de 1988. O mercado tornou-se mais competitivo, e os consumidores ganharam, seja por causa da prática de preços mais baixos, seja por causa dos lançamentos de produtos mais adequados às suas necessidades. Minha impressão pessoal é que este contato das companhias seguradoras com a acirrada concorrência (com a qual não estavam acostumadas) será importante no futuro, para garantir maiores fatias de mercado quando da queda dos monopólios estatais (espera-se que estes cheguem ao fim com a revisão constitucional).

A quebra dos monopólios estatais é importante à ampliação do mercado segurador brasileiro, dada a grande dificuldade de expansão nas atuais áreas de atuação das companhias seguradoras, seja por causa da distância financeira entre o bolso do consumidor e o preço das apólices, seja por causa da falta de costume do brasileiro em segurar seus bens.

Assim, as duas hipóteses trabalhadas neste estudo, ou seja: 1) através das medidas governamentais (Plano Diretor do Sistema de Seguros), o mercado cresceria até cinco vezes, segundo analistas do setor, e; 2) com o crescimento do mercado segurador, cresceriam também suas aplicações no mercado de capitais, favorecendo assim, a formação de poupança interna, não

se verificaram. Faltou por parte do Governo, a efetiva implantação das medidas do Plano Diretor.

BIBLIOGRAFIA

- FREIRE, Numa. Aspectos do Seguro. São Paulo, Atlas, 1969.
- MENDES, J.J. de Souza. Bases Técnicas do Seguro. São Paulo. Editora Manuais Técnicos de Seguros Ltda., 1977.
- NASCENTES, Célio Olympio. A origem do seguro e do resseguro no mundo e sua implantação no Brasil. Revista do IRB, Rio de Janeiro - julho/setembro, 1989 - Publicação No. 250.
- SANSON, J. A. Brigagão. Breve História do Seguro, Caderno de Seguros, São Paulo - julho/agosto, 1990 - Publicação No. 53.
- STANDERSKI, Wlademiro & KRAVEC, Alecseo. Seguros Privados e Previdência Complementar, São Paulo, Pioneira, 1979.
- QUEM for competente que se estabeleça. Revista Exame, São Paulo, Editora Abril 72-5, 14 outubro 1992.
- A REDESCOBERTA dos seguros. Revista Exame, São Paulo. Editora Abril, 72-89. 3 julho 1992.
- APESAR das dificuldades o mercado segurador teve um crescimento real de 9,9% em 1990. Seguros & Riscos, São Paulo, Technic Press, 18-9, Maio 1991.
- PRIORIDADES do mercado segurador. Banco Hoje, São Paulo, 22-7, Out. 1993.
- INTERNATIONAL Tradability in Insurance Services, United Nations Publication, New York, 3-9, 1993.
- SEGUROS e Previdência Privada. Balanço Anual da Gazeta Mercantil, São Paulo, Gazeta Mercantil, 19-26/400-4, 1992.
- SEGUROS e Previdência Privada. Balanço Anual da Gazeta Mercantil. São Paulo, Gazeta Mercantil, 18-24/398-402, 1993.
- O MERCADO premia os mais criativos. Revista Exame, São Paulo, Abril. 66-

77. 21 julho 1993, Especial Seguros.

- ATRASO nas metas do Plano Diretor. Gazeta Mercantil, São Paulo, Gazeta Mercantil. 17, 10 junho 1993.
- BAMERINDUS prepara associação com seguradora paraguaia visando o Mercosul. Gazeta Mercantil, São Paulo, 22, 19 ago. 1993.
- FENASEG propõe um plano setorial. Gazeta Mercantil, São Paulo, 17, 8 jul. 1993.
- NOVOS produtos tornam mais difícil definição de tarifas. Gazeta Mercantil São Paulo, 17, 19 maio 1993.
- EMENDA pode incluir acidentes de trabalho em plano de assistência médica privada. Gazeta Mercantil, São Paulo, 19, 13 maio 1993.
- RENTABILIDADE e produção não são proporcionais em 92. Gazeta Mercantil, São Paulo, 21, 6 maio 1993.
- MERCADO observa crescimento na carteira de transportes. Gazeta Mercantil, São Paulo, 17, 9 junho 1993.
- NOGUEIRA aguarda nomeação. Gazeta Mercantil, São Paulo, 20, 8 jul. 1993.
- SETOR identifica aumento real de 26% de prêmios emitidos em 92, mas lucros recuam. Gazeta Mercantil, São Paulo, 23, 23 março 1993.
- POLITICA de expansão na Europa não compensou. Gazeta Mercantil, São Paulo 16, 29 ago 1992.
- DIMINUEM as restrições as doenças infecto contagiosas. Gazeta Mercantil, São Paulo, 20, 1 abr. 1993.
- COMPETITIVIDADE leva à associação de seguradoras. Gazeta Mercantil, São Paulo, 15, 17 outubro 1992.
- FENASEG divulga índice diário da TR. Gazeta Mercantil, São Paulo, 11, 29 maio 1993.
- O MERCADO depois do monopólio. Gazeta Mercantil, São Paulo, 19, 27 maio

- 1993.
- IDTR passa a corrigir contratos. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 13, 24 maio 1993.
 - BANCOS americanos enfrentam leis e seguradoras para entrar no mercado. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20, 20 maio 1993.
 - O MOMENTO é aqui e agora. *Seguros & Riscos*, São Paulo, Technic Press, 19-24, 1991.
 - ASSOCIAÇÃO para atuar no Mercosul. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 21, 26 agosto 1993.
 - INTERVENÇÃO do Estado é discutida durante a Fides. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19, 4 nov 1993
 - SUSEP elabora projeto para o setor. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 24, 28 jul 1993.
 - PRIORIDADE da Susep é reaparelhamento. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15 25 out 1993.
 - APESAR das divergências, seguradoras e corretoras pedem quebra de monopólio. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 16, 14 out 1993.
 - ACIDENTES pessoais. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 22, 23 out 1993.
 - SEMINÁRIO do IRB discutirá resseguro e seguro saúde. *Gazeta Mercantil* São Paulo, 19, 28 out 1993.
 - RELATÓRIO de Seguros. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 1-8, 13 set 1992
 - SETOR financeiro. Quem é Quem na Economia Brasileira, São Paulo, Visão, 22-6/46, 1989.
 - SETOR financeiro. Quem é Quem na Economia Brasileira, São Paulo, Visão, 246-53/268, 1990.
 - SETOR financeiro. Quem é Quem na Economia Brasileira, São Paulo, Visão, 234-8/247, 1991.

EM ESTUDO SOBRE O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

- SETOR Financeiro. Quem é Quem na Economia Brasileira, São Paulo, Visão, 234-9/249-50, 1992.
- SETOR Financeiro. Quem é Quem na Economia Brasileira, São Paulo, Visão, 235-9/251, 1993.
- SEGURADORAS. Maiores & Melhores de Exame, São Paulo, Abril, 1988.
- SEGURADORAS. Maiores & Melhores de Exame, São Paulo, Abril, 1989.
- SEGURADORAS. Maiores & Melhores de Exame, São Paulo, Abril, 1990.
- SEGURADORAS. Maiores & Melhores de Exame, São Paulo, Abril, 1991.
- SEGURADORAS. Maiores & Melhores de Exame, São Paulo, Abril, 1992.
- SEGURADORAS. Maiores & Melhores de Exame, São Paulo, Abril, 1993.

ANEXO - TERMOS DO SEGUROS

- Apólice: contrato de seguro
- Importância segurada: valor do bem que é objeto de seguro
- Sinistro: evento que, quando coberto por uma apólice, gera o pagamento de indenização
- Prêmio emitido: montante de receita correspondente à emissão de apólices. Prêmio é o pagamento feito pelo consumidor à companhia seguradora na compra de um seguro
- Prêmio retido: é a parcela líquida do prêmio emitido que fica na seguradora, descontado o resseguro e o cosseguro
- Prêmio ganho: conceito mais contábil. É a proporção de prêmio emitido correspondente a um determinado período de tempo
- Resseguro: parcela do risco que ultrapassa a capacidade de aceitação da seguradora e que é transferida para o ressegurador
- Cosseguro: quando o ressegurador compartilha o seu risco com o mercado (outras entidades)
- Reserva técnica: valores que a companhia tem de separar para fazer face à compromissos já assumidos
- IRB: Instituto de Resseguros do Brasil - ressegurador oficial, detem o monopólio no Brasil
- Susep: Superintendência de Seguros Privados, órgão de fiscalização do mercado
- Fenaseg: Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização
- Fenacor: Federação Nacional dos Corretores de Seguro e de Capitalização
- Funenseg: Fundação Escola Nacional de Seguro